



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

ANA PAULA SALES DE MEDEIROS

**A (IN)APLICABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NO ESTADO DA PARAÍBA**

SANTA RITA
2017

ANA PAULA SALES DE MEDEIROS

**A (IN)APLICABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NO ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Direito do Centro de Ciências
Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba,
como exigência parcial da obtenção do título de
Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientador: Profa. Me. Manuela Braga
Fernandes

SANTA RITA
2017

Medeiros, Ana Paula Sales de.

M488i A (in)aplicabilidade das Políticas Públicas e as Medidas Socioeducativas em meio aberto no Estado da Paraíba / Ana Paula Sales de Medeiros. – Santa Rita, 2017.

76f.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba. Departamento de Ciências Jurídicas, Santa Rita, 2017.

Orientadora: Profª. Mª. Manuela Braga Fernandes.

1. Políticas Públicas. 2. Adolescentes. 3. Medias Socioeducativas. 4. Meio Aberto. I. Fernandes, Manuela Braga. II. Título.

ANA PAULA SALES DE MEDEIROS

**A (IN)APLICABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO NO ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Direito do Centro de Ciências
Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba,
como exigência parcial da obtenção do título de
Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientador: Profa. Me. Manuela Braga
Fernandes

Banca Examinadora:

Data de Aprovação: 31/10/2017

Prof. Me. Manuela Braga Fernandes (orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Msc. Emerson Erivan (examinador)
Universidade Federal da Paraíba

Msc. Tayse Palitot (examinador)
Universidade Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

A Deus, que tem se mostrado presente todos os dias de minha vida, fazendo com que eu não perca o rumo e a esperança por dias melhores;

A minha família, que desde de cedo me incentivou que o sucesso é fruto da busca incessante pelo conhecimento, onde podem nos tirar tudo, menos aquilo que aprendemos;

A Carlos, que tem se mostrado companheiro a pesar de os contratempos, e que foram muitos, esteve ao meu lado todos os dias, incentivando e encorajando a não desistir desse curso. Teve paciência para ouvir meus anseios e lamentos. Por estar comigo na alegria e principalmente por não me deixar só na tristeza. Você está no meu coração.

Aos meus filhos Halanio e Ana Larissa, que mesmo não entendendo nada do que se passava, me atendiam quando eu os pedia para ficarem quietos para que eu pudesse estudar;

Aos meus amigos, Erielson, Ulisses, Nikácio e Juliana Oliveira, que tem me dado apoio ao longo desse curso, mesmo na distância, permanecem em meu coração;

As minhas amigas, Chefes e ex-Chefes, que me deram a oportunidade de ocupar um espaço, para que eu pudesse executar aquilo que sou apaixonada: Gestão de Políticas Públicas; uma vez que nas oportunidades também adquiri experiência e crescimento profissional. São Elas: Marta Moura, ex-Secretária de Assistência Social do Município de João Pessoa; Marize Guerra, Secretária de Assistência Social do Município de Itatuba; Christiane Ramos, Secretária de Assistência Social do Município de Ingá, e Gabi Neta Secretária de Assistência Social do Município de Areia; todos os municípios no Estado da Paraíba;

A minha Orientadora, Manuela Braga por fazer com que me apaixonasse ainda mais pela Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde no período passado ela ministrava a disciplina de ECA. Agradeço também por estar ao meu lado constantemente na elaboração deste trabalho, e por acreditar nele tanto ou mais do que eu mesma. Obrigada pela força e compreensão em todos os momentos que precisei, tornando-se muito mais do que minha professora e orientadora, mas também uma grande amiga. Agradeço a sua dedicação e paciência, nas idas e vindas deste trabalho. Que você continue sempre com essa dedicação, profissionalismo e entusiasmo em tudo o que faz. Obrigada de todo o coração.

A todos os Professores, alunos e funcionários que passaram pela minha vida ao longo da graduação. Em especial aos queridos amigos Jessica Moura, Ivan, André

Macedo, Cláudia Gomes, Alhandra, Ireymar, Joselito, Magdala, Prof. Guthemberg e Karolina Andrade. Para mim foi uma honra conviver com vocês.

Enfim... Agradeço a todos e todas.

“Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. ”

Constituição Federal 1988

RESUMO

Fundamentado nos princípios Constitucionais, bem como nas normas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o tema apresentado é de fundamental importância para que se perceba a necessidade de efetivar as políticas públicas direcionadas a Crianças e Adolescentes. Considerando o princípio da Prioridade absoluta, o Estado tem por dever, através de articulação setorial propor e executar medidas com vista garantir os direitos de crianças e adolescentes. Outro ponto de suma importância é a participação da família e da sociedade, para que assim as políticas públicas possam ser efetivadas com excelência. Outrossim, evidencia-se a necessidade de uma análise aprofundada sobre a forma como são aplicadas as medidas socioeducativas e as reações positivas e negativas que estas geram aos adolescentes, levando em conta o resultado atingido aos adolescentes e a sociedade como um todo; essa análise será realizada a partir da leitura do Plano Estadual de Medidas Socioeducativas do Estado da Paraíba, a partir de suas metas, objetivos, prazos e responsáveis.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Adolescente. Medidas Socioeducativas. Meio Aberto.

ABSTRACT

Based on the Constitutional principles, as well as on the norms established by the Statute of the Child and the Adolescent, the presented theme is of fundamental importance so that it is perceived the necessity of effecting the public policies directed to Children and Adolescents. Considering the principle of absolute priority, the State has the duty, through a sectoral articulation, to propose and implement measures to guarantee the rights of children and adolescents. Another important point is the participation of the family and society, so that public policies can be carried out with excellence. Furthermore, there is a need for an in-depth analysis of how socio-educational measures are applied and the positive and negative reactions they generate to adolescents, taking into account the results reached for adolescents and society as a whole; this analysis will be carried out starting from the reading of the State Plan of Socio-educational Measures of the State of Paraíba, based on its goals, objectives, deadlines and responsible.

Key words: Public policy. Child and teenager. Social-educational measures. Infringement Act. Half Open. Absolute Priority. Integral Protection

LISTA DE SIGLAS

CEDCA- Conselho Estadual dos Direitos de Crianças e Adolescentes

CF- Constituição Federal

CIB – Comissão Intergestora Bipartite

CIT- Comissão Intergestora Tripartite

CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNJ- Conselho Nacional de Justiça

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CT – Conselho Tutelar

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEPETI - Federação de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social

FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social

FUNDAC – Fundação dos Direitos da Criança e do Adolescente

HIV - Human Immunodeficiency Virus

LA – Liberdade Assistida

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA- Lei Orçamentária Anual

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MPPB – Ministério Público do Estado da Paraíba

NOB/ SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH/ SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

PAEFI- Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAF – Programa de Atendimento Familiar

PBF – Programa Bolsa Família

PIA – Plano Individual de Atendimento

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PPA – Plano Plurianual

PROSAD – Programa de Saúde ao Adolescente

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

RI – Relatório de Informação

RMA – Registro Mensal de Atendimento

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SAGRES - Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEDH – Secretaria de Estado e Desenvolvimento Humano

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIMASE – Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SINTA – Serviço Integrado de Atendimento ao Adolescente

SIPIA – Sistema de Informação para Infância e Adolescência

SISNAD – Sistema Nacional de Política Sobre Drogas

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

USP- Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – EIXO 01: GESTÃO DO SINASE.....	62
Tabela 2 – EIXO 02: QUALIFICAÇÃO NO ATENDIMENTO.....	64
Tabela 3 – EIXO 03: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DOS ADOLESCENTES.....	65
Tabela 4 – EIXO 04: SISTEMA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.....	68

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	17
2.1 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....	21
2.2 A POLÍTICA DE SAÚDE PARA OS ADOLESCENTES.....	23
2.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	25
2.3.1 A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	28
2.3.2 A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.....	30
2.3.3 O CADASTRO ÚNICO DO GOVERNO FEDERAL.....	31
2.4 CONTROLE SOCIAL: CONANDA, CEDCA'S E CMDCA'S.....	32
2.5 CONSELHO TUTELAR.....	33
2.6 DO JUDICIÁRIO.....	34
3. AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E AS NORMATIVAS VIGENTES.....	36
3.1 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE (PSC) E DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA).....	40
3.2 DOS PLANOS DE ATENDIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	45
3.3 DO FINANCIAMENTO.....	48
4. O PLANO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DA PARAÍBA.....	51
4.1 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.....	52
4.2 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO..	53
4.3 SISTEMA DE JUSTIÇA E ATENDIMENTO INICIAL.....	54
4.4 ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO.....	55

4.5	PERFIL DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO.....	58
4.6	RECURSOS HUMANOS.....	60
4.7	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	60
4.8	MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: DOS OBJETIVOS, METAS, PRAZOS E RESPONSÁVEIS.....	62
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
6.	REFERÊNCIAS.....	73

1.INTRODUÇÃO

Um dos avanços da Constituição Federal de 1988 foi à inclusão das políticas públicas como responsabilidade do Estado. Sendo assim, a Carta Magna enfatiza a seguridade social, retira a família do espaço privado, colocando-a como centro de políticas públicas, afirmando os direitos da população infanto-juvenil, compreendendo-os como sujeitos de direitos, possuindo absoluta prioridade das ações do Estado através das políticas públicas. Ao que tange ao adolescente agente de ato infracional, essa política deve obedecer aos princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, as regras das Nações Unidas para a Administração da Infância e da Juventude, a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a garantia dos Direitos fundamentais da pessoa humana; assegurando-lhe a oportunidade, garantindo-lhe o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Outrossim, responsabiliza a família, a comunidade, a sociedade e o poder público pela garantia da efetivação desses direitos, de acordo com o seu art. 4º, a saber:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária (BRASIL,1990, art. 4º).

Ao que concerne à prática de ato infracional por adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe de medidas socioeducativas que são aplicadas pela autoridade competente, quando necessário. Considera a capacidade de cumprimento do adolescente, a gravidade, as circunstâncias do ato e a disponibilidade de programas e serviços. Essas medidas vão desde a advertência, informativa, formativa e imediata, executada pelo Juiz da Infância e Juventude; a obrigação de reparar o dano; às de meio aberto (Prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida); a semiliberdade e a internação. Esta medida deve ser aplicada aos adolescentes que cometem atos infracionais graves.

A fundamentação para a implantação e implementação dessas medidas está referendada na doutrina de proteção integral, que afirma o valor inerente da criança e do

adolescente como ser possuidor de direitos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento físico, psicológico, social e cultural, devendo ser tratados com dignidade e respeito. As medidas socioeducativas em meio aberto, a exemplo da prestação de serviços à comunidade-PSC e liberdade assistida -LA possibilitam aos adolescentes infratores a permanência na família e na comunidade conforme normatiza o art. 4º do ECA, no que se refere ao direito à convivência familiar e comunitária. Essas medidas devem ser executadas no espaço geográfico mais próximo do local de residência do adolescente, de modo a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e da família. Segundo o art. 86 do ECA, a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente deverá ser realizado através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 88 incisos I e III também do ECA, dispõe sobre a municipalização do atendimento como diretriz dessa política. A municipalização da aplicação das medidas de meio aberto é exigida pela lei nº 8.069/90 – ECA, pelo CONANDA e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE, esclarecendo que as municipalizações das medidas socioeducativas devem ser executadas no âmbito geográfico do município.

A (in)aplicabilidade das Políticas Públicas e as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto aprimora a necessidade de rever a estrutura e a funcionalidade dos serviços de atendimento face à realidade das políticas adotadas pelos entes federados em âmbito estadual e municipal, bem como a sistematização das ações destinadas aos adolescentes em conflito com a lei. As ações desenvolvidas pelo Sistema de Garantias de Direitos no Estado da Paraíba apresentam dificuldades de concretização, variando o grau de acordo com a situação dos adolescentes autores de atos infracionais e da qualidade dos serviços oferecidos na rede de atendimento.

No primeiro capítulo será apresentado o conceito de políticas públicas, conforme fundamentado na Constituição Federal de 1988, em contraponto também será apresentando o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e adolescentes, desde a execução da Política de Educação, a Política de Saúde para adolescentes, conforme preconiza o SISNAD, a Política de Assistência Social, política essa que abarca diretamente a Política da Criança e do adolescentes, com isso a Política de Assistência é responsável direta em realizar o chamamento das demais políticas setoriais com vista cumprir o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. O primeiro capítulo

também irá discorrer acerca do Judiciário, órgão esse que além de compor o sistema de garantia de direitos é o demandante da medida socioeducativa.

O segundo capítulo, irá apresentar a fundamentação legal das medidas socioeducativas, uma vez normatizadas trazem um arcabouço positivados que dão subsídio para um cumprimento das medidas socioeducativas, neste caso, medidas aplicadas em meio aberto, demandadas pelo Sistema de justiça e efetivadas através do Plano Individual de atendimento, construídos pela equipe multiprofissional dos CREAS juntamente com a família do adolescente. Outro ponto abordado pelo capítulo 2 é acerca do financiamento das Medidas Socioeducativas, pois só há efetivação de política pública se existir orçamento direcionado para essa finalidade.

Outrossim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê dois grupos de medidas, quais sejam:

a) Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: Prestação de Serviços à Comunidade, e Liberdade Assistida; e;

b) Medidas Socioeducativas em Meio Fechado: Semi – Liberdade e Internação.

Para Saraiva, uma boa rede de atendimento, um bem estruturado programa de Liberdade Assistida ou de Prestação de Serviços à Comunidade é capaz de prevenir a internação. Porém há uma falha no sistema de atendimento em meio aberto e a consequência imediata disso é o inchamento do sistema de privação de liberdade. Este, por seu turno, por ausência de investimentos, de decisão política, tem sido causa de violência e atentados aos direitos humanos. (SARAIVA. Artigo [...], 2009).

Já o terceiro e último capítulo, fará análise do Plano Estadual de Medidas Socioeducativas, desde a constituição da Comissão Estadual Intersetorial de elaboração do Plano até a formalização dos Objetivos, Metas, Prazos e Responsáveis pela execução, uma vez que será dada ênfase os requisitos do Plano Estadual que traçam ações para execução dessas medidas em Meio Aberto.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O conceito de política pública é amplo, podendo ser abordado com definições que venham a abarcar desde conceito de política de Estado ou política de governo. A política pública enquanto política de Estado será efetivada independente de quem seja o governo ou governante, as ações desse viés de política pública serão aplicadas a partir de uma fundamentação jurídico-legal; já a política pública enquanto política de governo será dependente da alternância de poder, onde cada governo tendo o seu projeto irá aplicá-lo durante a vigência de seu mandato. O conceito de política pública pode ser entendido para além da coisa pública, para além de gestão governamental; podendo ser observada na condição de finalidade de interesse público, tendo aplicação de programas de governo para a sociedade intermediada por instituições do terceiro setor administradas pela sociedade civil. (BRANCALEON, 2015, p. 2)

Podemos conceituar a política pública a partir de quatro viés: O primeiro trata a política pública enquanto gestão pública, esse conceito contempla as questões de governança, sistema de arrecadação, atendimento ao cidadão e política de recursos humanos; o segundo viés é relacionado com a política pública em relação a infraestrutura onde irá discorrer sobre transporte, telecomunicação, saneamento, meio-ambiente e energia; o terceiro viés trata a questão da política pública econômica tendo como eixos norteadores a geração de emprego e renda, política fiscal, monetária e industrial; o quarto e último viés de política pública discorre acerca da política social, onde essa política pública abrange questões de política de saúde, política de educação, política de assistência social, política de habitação e política de ações afirmativas. (BRANCALEON, 2015, p. 5)

Alguns desafios para efetivação das políticas públicas têm como fundamentação nas questões de desigualdade social; diante deste fato, ocorre a necessidade de construir políticas públicas para atingir uma equidade social. O segundo desafio é em relação ao alcance dessas políticas públicas ao maior número de pessoas, garantindo assim a universalização desses direitos. Outro desafio que deve ser citado, é em relação a qualidade da oferta das políticas públicas, o Estado nos últimos 20 anos avançou em termos quantitativos, mas a qualidade dessa oferta não condiz com as normas técnicas pré-estabelecidas. (BRANCALEON, 2015, p. 7)

Conforme prevê a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227¹, que tem as crianças e os adolescentes enquanto prioridade absoluta, e em respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei 8069/90 que define a política de direitos da criança e do adolescente bem como o Sistema de Garantias de Direitos que devem ser realizados de forma articulada com um conjunto de ações governamentais e não governamentais, da União, Estado e município.

Em observância ao que é estabelecido pelas definições de que o atendimento socioeducativo é direito do adolescente e para que isso seja garantido de forma integral, faz-se necessário a estruturação dos serviços que atendem de forma direta os adolescentes que cometem ato infracional, para qualificar suas intervenções efetivamente garantindo seu lugar ressignificando o conceito sujeito de direito para ressocialização e efetiva inserção social, algo que o recoloca como prioridade absoluta.

O reforço do ECA quando:

“A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (ECA/1990)

Assim, a compreensão de que a qualidade das políticas públicas direcionadas para atendimentos socioeducativos com a efetiva participação da sociedade é um dos princípios que eleva os desafios na gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental.

Se faz necessário avançar rumo a construção de uma política pública ampla e integrada, que viabilize a superação das ações superficiais e focais que historicamente foram oferecidas aos adolescentes, faz-se necessário a observância do Estado a necessidade de reestruturação de uma política pública descentralizada, possibilitando a coparticipação da sociedade na gestão. Esta postura visa fortalecer as ações coletivas permitindo mudanças significativas no olhar social para com os adolescentes em cumprimento de medidas, bem como, no comportamento da sociedade em geral para

¹ Segundo o **Art. 227 da CF 1988**: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

cuidar, defender e construir estratégias de defesa dos direitos da criança e do adolescente, como forma de prevenir a violação de direitos.

A destarte se faz necessário realizar um diagnóstico das características da realidade das crianças e adolescentes autores de atos infracionais e o território em que vivem, nas principais demandas da população vulnerável, que sofrem violação de direito, as que vivem na pobreza e estão à margem dos que rege o ECA e seus princípios que seguem o da Constituição Federal de:

- a) Descentralização político-administrativa com comando único;
- b) Participação da população nas decisões e no controle social;
- c) Na primazia da responsabilidade do Estado na condução da política;
- d) Centralidade na Matricialidade² familiar;
- e) Na Territorialização das ações que envolvam a vida dos adolescentes. (PNAS, 2009 p: 32-33)

Em sintonia com o plano nacional de atendimento socioeducativo, o Estado deve se comprometer ao que tange ao segmento dos princípios organizativos e na fixação de objetivos de longo prazo para prover serviços articulados com eficácia, eficiência e efetividade. A focalização do público-alvo, onde há maior concentração de riscos e vulnerabilidades, realizada com base na análise da realidade e ações norteadas pelo princípio da integralidade, da intersetorialidade e da interdisciplinaridade é também outro comprometimento a ser assumido sob esta temática (BRASIL, 2016 p: 28). Considerando que as orientações técnicas para os atendimentos socioeducativos em meio aberto para Adolescente onde as ações devem ser construídas de forma que os:

(...) conhecimentos e saberes sobre o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto em execução nos municípios. Tenham como propósitos fundamentais orientar e apoiar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na implantação, na coordenação, no planejamento, na execução e no acompanhamento do Serviço, assim como na implementação de Programas de Atendimento correspondentes às Medidas Socioeducativas em Meio Aberto relacionadas no art. 112, da Lei nº 8.069/1990, no âmbito de uma Política Socioeducativa mais abrangente, de cunho intersetorial. Ao mesmo tempo, servir de catalisador de novos saberes sobre a temática a partir do cotidiano do serviço e da realidade local. Por esta

² Segundo a PNAS (Brasil, 2004, p.40) “a matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social”.

razão, o recebimento de contribuições será de extrema valia para garantir a sua qualidade e atualização (BRASIL, 2013).

Os desafios que são postos se apresentam em concretizar as políticas de inclusão social que contemple as categorias: criança e adolescente, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência, famílias em situação de pobreza, inclusão laboral, produtiva e de redistribuição de renda, entre outras ações e situações que exigem iniciativa do Estado enquanto direito do cidadão, especialmente quando se trata de famílias em que exista adolescente que cumprem medidas em meio aberto. Assim, as ações interventivas dessem ser construídas de forma coletiva.

Ao que se refere à execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto existe uma articulação direta para operacionalizar o atendimento ao adolescente em conflito com lei desde o processo de apuração do ato infracional até a execução de medida socioeducativa como sinaliza o Sistema Socioeducativo Nacional-SINASE, através do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e a Política de Assistência Social.

No entanto, vale ressaltar que além dessa operacionalização em meio ao processo de apuração das medidas socioeducativas, é de suma importância que os programas que executam estas medidas estejam articulados com as demais políticas públicas: saúde, educação, cultura, esporte, lazer e direitos humanos; visando atender os direitos dos adolescentes, consolidado a política de proteção integral e contribuindo efetivamente no processo de inclusão social do referido público. (BRASIL. ECA. 1990)

A Resolução número 113 de 2006 do CONANDA³ define que o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nas três esferas do poder executivo. A definição de articulação e integração estão na base do Sistema de Garantia de Direitos, de forma que as políticas públicas se complementem para efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, de forma integral, em favor de todos os adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

³ O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - **CONANDA** é um órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e composição paritária, previsto no artigo 88 da lei no 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A intersectorialidade pressupõe um princípio organizativo da Política Nacional de Assistência Social, portanto, “é tão substantiva para a assistência social como o é para as demais políticas, ao se considerar que nenhuma delas guarda resolutividade plena em si mesma” (SPOSATI, 2009, p. 45). Por ser um modelo que reflete racionalidade interna de ação, não deve ser confundido com o modo de relações políticas, mas sim uma construção para o desenvolvimento social, enfrentamento da pobreza.

A integração entre as políticas públicas é um imperativo para a materialização dos direitos sociais. Estes se referem pela provisão das necessidades sociais por um sistema de proteção social por parte do Estado. Os direitos sociais contêm, portanto, a “[...] *ideia de que as dificuldades enfrentadas pelos homens serão assumidas coletivamente pela sociedade, com supremacia da responsabilidade de cobertura do Estado, que deverá criar um sistema institucional capaz de dar conta dessas demandas*” (COUTO, 2004, p.183). Os significados da integralidade das ações são materializados através de ações intersectoriais, onde as ações se complementam através de um arcabouço de iniciativas entre as políticas públicas com vista a responder as demandas.

2.1 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Na década de 30 quando o Brasil deixava de atuar economicamente na agricultura, passando a adotar o desenvolvimento de mercado através da indústria, com isso, o Estado passaria também a reformular o modelo do sistema educacional. Nessa mesma época, os pioneiros da educação⁴, passaram a defender uma política educacional pública e de qualidade, com tendência a universalização, e uma educação de modelo renovado⁵.

A partir da década de 90, o Estado brasileiro vive em um contexto de globalização⁶, neoliberalismo⁷, e competitividade de mercado; diante disso se fez

⁴ Anísio Spínola Teixeira (Caetité, 12 de julho de 1900 — Rio de Janeiro, 11 de março de 1971) foi um jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. Personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em preferência à memorização; e Manuel Bergström Lourenço Filho (Porto Ferreira, 10 de março de 1897 — 3 de agosto de 1970) foi um educador e pedagogo brasileiro conhecido sobretudo por sua participação no movimento dos pioneiros da Escola Nova.

⁵ Também chamada de Escola Nova, foi um movimento de renovação do ensino, que surgiu no fim do século XIX e ganhou força na primeira metade do século XX.

⁶ Globalização é um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial visíveis desde o final do século XX. Trata-se de um fenômeno que criou pontos em comum na vertente econômica, social, cultural e política, e que consequentemente tornou o mundo interligado, uma Aldeia Global.

⁷ Neoliberalismo é uma corrente de pensamento, uma forma de ver e julgar o mundo social, podendo ser considerada uma redefinição do liberalismo clássico, movimento que surgiu na Europa após a Revolução Francesa, em 1789, defendendo conceitos de liberdade, de autonomia individual.

necessário que o sistema educacional entrasse em um processo de modernização, fundamentado nos princípios normativos existentes. Diz o artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

" A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Com isso a Carta Magna, vem dispor acerca da necessidade de promover e incentivar a família nesse processo educativo. O termo colaboração, positivado no artigo supracitado, deixa explícito a responsabilidade não só do Estado, mas também a responsabilidade compartilhada por parte da sociedade civil organizada, onde essa possa contribuir em conjunto com o Estado, para o trabalho comum de educar pessoas.

Já na década de 1990, o Brasil também torna-se signatário da *Declaração Mundial Sobre Educação para Todos*⁸, nessa época mais de 100 Milhões de crianças no mundo não tinham acesso ao ensino primário, o analfabetismo funcional era um problema significativo em todos os países, como também mais de 100 milhões de crianças e adolescentes não haviam conseguido concluir o ensino básico. Dentre os problemas políticos sociais existentes à época a má educação era a que assombrava os diversos países; o Brasil ao ser signatário assumiu o compromisso em erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

Fundamentada no artigo 53 do ECA:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

⁸ Declaração Mundial sobre Educação para Todos assinada na Conferência de Jomtien no ano de 1990 em Jomtien, na Tailândia, conferência essa realizada de 5 a 9 de março de 1990.

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

A política de educação deve ter como foco primordial a compreensão da criança e do adolescente enquanto prioridade absoluta, conforme os preceitos constitucionais onde em seu artigo 205 da CF 88 a educação é positivada na condição de direitos de todos e dever do Estado, onde esse último tem a função *de planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar*. As ações da política de educação devem ter como princípio a participação da sociedade, com vista o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente e o seu preparo para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho. Portanto, a política de educação apresenta-se como suporte juntamente com as outras políticas, junto ao poder executivo e na composição no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

2.2 A POLÍTICA DE SAÚDE PARA OS ADOLESCENTES

Fundamentado no artigo 20 da Constituição Federal de 1988, o ministério da saúde instituiu em 1989 o PROSAD – Programa de saúde do Adolescente, que foi implantado em todo território nacional, tinha como finalidade atender todas as pessoas de 10 a 19 anos incompletos. Esse programa tinha como área prioritária: O desenvolvimento, a sexualidade, a saúde bucal, a saúde mental, a saúde produtiva, a saúde escolar e a prevenção de acidentes. Com a promulgação do ECA em 1990, o adolescente passou a ser tratado com a condição de prioridade absoluta, onde no artigo 7º do ECA foram reforçadas as questões do direito à vida e a saúde:

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

O período de adolescência é uma etapa do desenvolvimento do ser-humano marcada por transformações biopsicossociais, dentre essas mudanças ocorrendo a maturação sexual. Nesta mesma etapa, ocorre também o desenvolvimento crítico, acompanhado com o senso de independência emocional e o de autoconhecimento, culminando assim no código individual de valores éticos. Apesar da puberdade ser um componente de cunho universal, a dimensão psicossocial poderá variar de acordo com o momento histórico e o contexto sociocultural. Culturalmente a adolescência, tem sido

tratada a partir do senso comum, algumas vezes por profissionais de saúde apenas como uma etapa de transição; outro ponto de vista que pode ser elencado, é a condição do adolescente como sujeito que causa problemas, sendo este associado a comportamentos não aceitáveis pela sociedade, como autor de violência e infrações legais.

Nas últimas décadas, no Brasil, ocorreu um aumento significativo na taxa de mortalidade infanto-juvenil, tendo como causa fatores externos, desde acidentes de trabalho, homicídios, suicídios e outras causas. Segundo dados do Ministério da Saúde em 2016, os índices de homicídios podem ser caracterizados como um grande problema social e de saúde pública, situação essa que atinge diretamente os indivíduos, seus familiares e a comunidade. Ao que tange as questões sexuais e reprodutivas, as políticas de saúde nem sempre levam em consideração a sexualidade como parte integrante do desenvolvimento do adolescente enquanto pessoa com garantia de direitos; não há reconhecimento social e esses adolescentes ficam a margem e vivenciando um contexto de vulnerabilidade. (BRASIL, 2016 p.11)

Mesmo sendo assegurado na constituição de 1988 e no estatuto da criança e do adolescente em seu artigo 8º⁹ ao que tange ainda a sexualidade, outra temática que deve ser abordada é em relação a gravidez não planejada, que na maioria das vezes pode culminar em um aborto, elevando assim os índices de morte materno-juvenis; sendo um problema a ser enfrentado pelo SUS¹⁰ esses índices vêm a se agravar quando é percebido a correlação com a população de adolescentes pobres e negras. Ainda na temática de política de saúde sexual, é preciso observar os elevados índices de adolescente com HIV¹¹, traçando assim uma força tarefa de prevenção junto a este público.

Diante da articulação do Ministério da Saúde e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que perceberam a necessidade de construção do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico e a exploração comercial sexual de crianças e adolescentes; essa articulação ocorreu a partir de estudos realizados pelo CONANDA, onde deixou

⁹ Art. 8º: É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

¹⁰ O SUS, é o Sistema Único de Saúde no Brasil, foi criado em 1988 junto com a Constituição Federal. Com ele, os cidadãos brasileiros têm acesso gratuito a atendimento médico e diversos outros serviços relacionados à saúde, tais como transplantes, internações e até mesmo cirurgias.

¹¹ HIV é a sigla em inglês do "Vírus da Imunodeficiência Humana". Causador da aids, ataca o sistema imunológico, responsável por defender o organismo de doenças. As células mais atingidas são os linfócitos T CD4+. O vírus altera o DNA destes linfócitos fazendo cópias de si mesmo. Depois de se multiplicar, o HIV rompe os linfócitos em busca de outros para continuar a infecção.

perceptível que a exploração de crianças e adolescentes é uma prática disseminada em todo o Brasil, sendo mais grave na região nordeste.

Outra temática abordada pela política de saúde, em relação aos adolescentes, é na questão da violência intrafamiliar ou doméstica; onde na maioria das vezes atinge diretamente adolescentes do sexo feminino, violência essa que tem, na maioria das vezes, como agente causador alguém de seu convívio. Geralmente, esse tipo de violência não evolui para óbito; porém pode causar severos transtornos mentais e sequelas físicas.

Ao que concerne ao uso de drogas lícitas e ilícitas; em relação ao álcool, tabaco e outras drogas, a política de saúde teve fundamentação para atuar a partir da lei número 11.343 de 23 de Agosto de 2006, lei essa que instituiu o SISNAD¹², essa lei deu entendimento para que o tratamento de pessoas usuárias de drogas fosse uma questão de saúde pública e não apenas de segurança pública.

2.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 demarca no cenário nacional brasileiro a seguridade social como sistema de proteção social, direito do cidadão e dever do Estado. Como cita Couto (2006), essa medida cria as condições objetivas de romper com a forma tradicional de se tratar o campo da política social pública. Neste caminho, a Política Nacional de Assistência Social altera a concepção de assistência social e vai exigir de seus operadores a defesa de uma política pública não contributiva garantidora de direitos sociais na vida do cidadão.

A Política de Assistência Social é gerida através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, de âmbito nacional com responsabilidades compartilhada entre os três entes federativos que mantém relações intersetoriais e ação regulatória com as organizações não-governamentais da sociedade civil neste campo assistencial, cuja denominação de materializa a partir do vínculo SUAS. É uma política social não contributiva, pública e de proteção social vinculada constitucionalmente ao direito à

¹² Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - **Sisnad**; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

seguridade social e tem por função expandir o alcance da proteção social pública a todos os cidadãos em situação de risco e vulnerabilidade social.

A proteção social no âmbito da assistência social deve assegurar a todos os cidadãos que dela necessitem seguranças sociais de acolhida, convívio, autonomia e sobrevivência, através da gestão dos serviços socioassistenciais e dos benefícios continuados e eventuais, transferência de renda, de forma hierarquizada nos níveis de proteção social básica e especial.

A política de Assistência Social atua em cinco vertentes:

I) Centralidade na família: A família constitui diretriz estruturante da gestão do SUAS, pauta na Norma Operacional Básica da política, o reconhecimento da importância da família como referência no âmbito da política pública de assistência social fundamenta-se na ideia de que esta é o espaço primeiro de proteção e socialização dos indivíduos e que, para que cumpra com tais funções, precisa ser protegida. O formato de família que se fala na política de assistência social compreende relações estabelecidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade. (MDS, 2009 p.12)

II) Territorialização das ações: O território constitui locus de vivências das famílias e indivíduos é nele que são constituídos laços e vínculos, para que as políticas públicas possam pensar na melhor forma de intervenção e oferta de serviços. É no território que a população deve acessar os serviços e que estes possam ser referência na garantia da proteção social (MDS, 2009 p.13). Olhar o território nos “permite ultrapassar os recortes setoriais que tradicionalmente fragmentaram as atenções da assistência social, propiciando uma ação planejada e integrada que responda efetivamente às situações de vulnerabilidade e risco da população local”. (MUNIZ, p.40, 2011).

III) Prioridade de Atendimento às crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência: O SUAS¹³ estabelece seguranças que precisam ser afiançadas as famílias e indivíduos, estas, se interpõe a algumas categorias que durante toda história de nossa sociedade pouco teve acesso aos bens e serviços. Segundo Sposati (2009), primeiro de tudo, a assistência social se alinha como política de defesa de direitos humanos. Defender a vida, independentemente de quaisquer características do sujeito. A assistência deve estar na defesa da vida, em permanente vigilância as

¹³ SUAS: Sistema Único de Assistência Social, que é o modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de assistência social. A assistência social é parte do Sistema de Seguridade Social, apresentado pela Constituição Federal de 1988.

diversas formas de isolamento, da resistência à subordinação e da resistência à exclusão social. Nesta perspectiva, olhar para estas categorias exigirá da gestão municipal formas estratégicas de proteção social que assegurem ações e serviços que se adaptem ao público que a frequenta.

IV) Hierarquização dos Serviços Socioassistenciais: Para que a política pública de assistência social possa atingir sua função na proteção das famílias e indivíduos é necessário à organização das portas de entradas para seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Segundo o pensamento de Yazbek, o Estado deve ser o garantidor do cumprimento do direito e responsável pela formulação das políticas públicas. Para isso é necessário que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob a vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para os serviços, programas e projetos em cada nível de proteção social. (MDS, 2009, p. 2)

V) Articulação das políticas públicas: O cenário atual está a exigir dos entes federados uma articulação integrada para o enfrentamento da pobreza em nosso país. Não diferente do governo federal e compartilhando o pensamento de Ana Fonseca (MDS, 2011, p. 703), quando coloca a assistência social como política central para a efetiva implementação do Brasil sem Miséria, cuja centralidade se legitima pelos diversos fatores, dentre eles: processar, nos territórios, as múltiplas demandas da população que vive em situação de pobreza extrema; também opera na referência e contra referência dos potenciais beneficiários da assistência e não somente para sua própria rede de serviços socioassistenciais como para os equipamentos das demais políticas sociais. Neste sentido, a integração entre os demais planos de enfrentamento das situações de vulnerabilidade social deverá nortear todas as ações deste plano, numa perspectiva intersetorial na complementaridade dos serviços e respostas as demandas sociais.

A rede socioassistencial é composta por um conjunto integrado de serviços, executados diretamente pelo órgão gestor da Política de Assistência Social ou em parceria com entidades conveniadas que compõem de maneira integrada e articulada a rede de serviços de assistência social do município.

A rede de serviços preponderantes de assistência social conta com a seguinte cobertura:

2.3.1 A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A) SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF.

Conforme descrito no caderno de orientações para o trabalho social com famílias, “o PAIF é pedra fundamental e se caracteriza como eixo basilar para a “nova” política de assistência social que vem sendo construída no Brasil desde a publicação da PNAS em 2004” (BRASIL, 2009, p. 32). O serviço se propõe atuar na prevenção e no enfrentamento dos riscos sociais e prevenir as situações de vulnerabilidade social, também é condição primordial da execução do PAIF o atendimento e acompanhamento das famílias, de modo proativo, protetivo, preventivo e territorializado, assegurando o acesso a direitos e a melhoria da qualidade de vida.

B) PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS, PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Desenvolve atividades com crianças de 0 a 6 anos, inclusive com crianças com deficiência, seus grupos familiares e gestantes, estabelecendo o fortalecimento de vínculos e a socialização, centrados na brincadeira, na acolhida e no convívio familiar e comunitário. Por meio do acesso a brinquedos e de experiências lúdicas, orienta aos familiares sobre o cuidado com a criança pequena. As atividades previnem a ocorrência de violação de direitos, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao PAIF.

C) SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV.

O SCFV é um serviço realizado em grupos, organizado de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida. Para Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos tem como foco as vulnerabilidades e potencialidades, de acordo com demandas identificadas pelo PAIF. A PNAS destaca a importância de se levar em conta três vertentes da proteção social, ao se construir a política pública de assistência

social: “as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas, seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família”. (BRASIL, PNAS, 2009, p.15)

Atende crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência e suas famílias referenciadas no CRAS, tendo como objetivo fortalecer a convivência e os vínculos familiares, potencializando a família e a comunidade no processo de proteção social, por meio de grupos de convivência e atividades coletivas.

C.1) PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM FAIXA ETÁRIA DE 6 A 14 ANOS:

Tem por foco a construção do espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como forma de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para ressignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social. (BRASIL, SCFV, 2017, p. 12)

C.2) PARA ADOLESCENTES COM FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS:

Atende pessoas com idade entre 15 e 17 anos, com atividades nos CRAS durante toda a semana, de segundas às sextas-feiras, no período das 14h às 16h. Por meio dessa oferta, integrante do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, os adolescentes participam de oficinas de esportes, música, fotografia, meio ambiente, cinema, além de rodas de conversas sobre as temáticas que permeiam a vida de um jovem. Além disso, os participantes e pais recebem informações e orientações para inclusão desses adolescentes no trabalho protegido, caso esse seja interesse do jovem e da família. (BRASIL, SCFV, 2017, p. 12)

C.3) PARA IDOSOS:

Realiza atividades que contribuem para o processo do envelhecimento saudável, para o fortalecimento da autonomia, de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social. As intervenções da equipe técnica são pautadas nas características, nos interesses e nas demandas dessa faixa etária, considerando as vivências em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer. Além disso, o serviço promove a valorização das experiências vividas como formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. (BRASIL, SCFV, 2017, p. 14)

2.3.2 A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A Proteção Social Especial tem caráter compensatório (reparar o dano), mas igualmente reabilitador de possibilidades psicossociais com vistas à reinserção social. Por isso, exigem atenção mais personalizada e processos protetivos de longa duração, os serviços da proteção especial estão divididos em média complexidade e alta complexidade, considerando a especificidade do atendimento e da atenção ofertada de acordo, bem como o agravamento das situações vivenciadas. (BRASIL CNAS, 2009, p.20)

O público alvo dos serviços de proteção especial são indivíduos e famílias que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social, decorrentes de: ocorrência de abandono, vítimas de maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, usuários de drogas, adolescentes em conflito com a lei e moradores de rua.

Considerando o exposto na NOB SUAS¹⁴ aprimoramento da gestão, os serviços de Proteção Social Especial exigem uma gestão mais complexa e articulada com outras políticas públicas, com o Poder Judiciário, Ministério Público, Conselhos Tutelares e

¹⁴ A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) organiza, para todo o território nacional, os princípios e diretrizes de descentralização da gestão e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios inerentes à Política de Assistência Social.

outros órgãos de defesa de direitos, com definição de fluxos de referência e contra referência para assegurar a proteção de indivíduos e famílias.

a) SERVIÇO DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Oferta atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar. Na Proteção Social Especial de média complexidade as unidades públicas estatais de referência são os CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social. Nesses equipamentos públicos deve ser ofertado o serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos – PAEFI, a partir das referências da matriz padronizada da tipificação.

2.3.3 O CADASTRO ÚNICO DO GOVERNO FEDERAL

O Cadastro Único foi criado em Julho de 2001 e regulamentado pelo Decreto nº 6.135/07 deve ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal. É um instrumento que identifica e caracteriza as famílias, possibilita conhecer a realidade socioeconômica trazendo informações de todo o núcleo familiar, também permite conhecer as características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família, possibilitando ao poder público formular e implementar políticas específicas, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas.

O referenciamento das famílias no cadastro único sinaliza a possibilidade da gestão municipal identificar e caracterizar dos segmentos socialmente vulneráveis, criação de indicadores: várias dimensões de pobreza e vulnerabilidade, ferramenta de planejamento de políticas públicas voltadas às famílias de baixa renda e Convergência de esforços para o atendimento prioritário das famílias em situação de vulnerabilidade.

2.4 CONTROLE SOCIAL: CONANDA, CEDCA'S E CMDCA'S

O controle social das políticas públicas direcionadas a crianças e adolescentes deve ser realizado pelos Conselhos de Direitos existente em cada ente federativo; em âmbito federal esse controle será através do Conanda, em âmbito estadual através dos Conselhos Estaduais e em âmbito municipal através dos CMDCA's esses são órgãos permanentes de composição paritária¹⁵ e de caráter deliberativo¹⁶. A criação desses conselhos é fundamentada a partir do artigo 88 do ECA, vejamos:

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.

Esses conselhos de direitos, uma vez instituídos não devem apenas deliberar sobre a política de atendimento a criança e ao adolescente, mas de fato exercer controle social, verificando sua implementação pelo poder Executivo, bem como ao que está disposto no artigo 227 da CF/88, princípio da prioridade absoluta a criança e ao adolescente; ou seja, a adequação dos equipamentos de atendimento bem como, a destinação de orçamento público direcionado ao público infanto-juvenil.

Uma diretriz que é de suma importância é a diretriz da municipalização, onde através dos conselhos municipais pode ser instituída uma política pública mais específica; sendo no município o lugar onde esse público vive, desse modo o poder executivo sabendo dessas especificidades pode atuar com excelência (BRASIL, ECA, 1990 art. 88). Outro ponto primordial é em relação ao financiamento, não tem como trabalhar política

¹⁵ Um conselho paritário é composto por um número igual de elementos para evitar diferenças ou injustiças.

¹⁶ Um conselho deliberativo é quando as decisões são de acatamento obrigatório pela autoridade responsável pela execução da decisão, portanto geram direitos públicos subjetivos passíveis de reivindicação judicial por qualquer interessado.

pública sem recurso para execução, sendo assim, diante dessa necessidade, os conselhos de direitos têm a prerrogativa de gerir os fundos municipais dos direitos de crianças e adolescentes, através de abertura de CNPJ¹⁷, bem como abertura de conta bancária administrada pelo próprio conselho. Os recursos alocados para esse fim podem ser via transferência da fonte 100, ou seja, recurso próprio, ou através das doações direcionadas do imposto de renda.(CONANDA, 2010)

2.5 CONSELHO TUTELAR

Fundamentado no Título V da lei 8069/90 – ECA, o Conselho Tutelar é um órgão municipal ou do Distrito Federal, que tem como finalidade a defesa dos direitos de Crianças e Adolescentes. Conforme está disposto do artigo 132 do ECA, cada município deverá ter, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração Pública local. Conforme dispõe o artigo 3º parágrafo primeiro da resolução nº 170 do CONANDA; caberá ao município distribuí-lo de acordo com as necessidades do local.

Anteposto as escolhas dos membros do CT, será realizada de forma democrática, conforme estabelecido no artigo 5º da resolução nº 170 do CONANDA; sendo assim, os cinco candidatos mais votados serão nomeados pelo Prefeito e terão mandato de 4 anos. Em face, as atribuições elencadas no artigo 136 do ECA; os Conselheiros Tutelares, conforme disposto do artigo 20, inciso IV da lei 12.594/12 que institui o SINASE, discorre que o Conselheiro Tutelar deverá acompanhar e avaliar a gestão do atendimento socioeducativo, para que esse atendimento ocorra com qualidade aos adolescentes autores de ato infracional bem como o atendimento as famílias, com vista garantir o fortalecimento dos vínculos.

É valido salientar que, as atribuições já estão elencadas nesse artigo 136 do ECA não podendo esse rol ser ampliado; o Conselheiro Tutelar não poderá exercer o poder de polícia, sob pena de violar o que está disposto no artigo 144 da CF/88. O Conselho Tutelar não tem o poder de repressão contra os indivíduos crianças e adolescentes; porem tem a prerrogativa de constatar uma possível violação de direito de crianças e adolescentes

¹⁷ No Brasil, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (acrônimo: **CNPJ**) é um número único que identifica uma pessoa jurídica e outros tipos de arranjo jurídico sem personalidade jurídica (como condomínios, órgãos públicos, fundos) e junto à Receita Federal brasileira (órgão do Ministério da Fazenda).

pelos proprietários de estabelecimento e seus prepostos, recaindo sobre esse, o poder de repressão; o Conselheiro Tutelar e todo Sistema de Garantia de Direitos deverão agir em favor das garantias de crianças e adolescentes, não podemos perder a vista que o Conselho Tutelar foi concebido na perspectiva de “desjudicializar” o atendimento de Crianças e Adolescentes em condições de situação de vulnerabilidade social e suas famílias.

2.6 DO JUDICIÁRIO

Fundamentado no artigo 145, 150 e 151 do ECA que prevê:

Art. 145. Os estados e o Distrito Federal poderão criar varas especializadas e exclusivas da infância e da juventude, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer sua proporcionalidade por número de habitantes, dotá-las de infraestrutura e dispor sobre o atendimento, inclusive em plantões.

Art. 150. Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Art. 151. Compete à equipe interprofissional dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

Diante o exposto, considerando as normativas supracitadas, vem a definir os critérios de gestão do Poder Judiciário, atribuindo assim a justiça da infância e da juventude. É observado que nas normativas do ECA, o sistema de gestão desse Sistema não possui instrumentos formais que normatizam suas atribuições perante a temática em questão. Ocorrendo, portanto, apenas a título de orientação, resolução 113 do CONANDA que em seu artigo 9º discorre que:

Art. 9º O Poder Judiciário, o Ministério Público, as Defensorias Públicas e a Segurança Pública deverão ser instados no sentido da exclusividade, especialização e regionalização dos seus órgãos e de suas ações, garantindo a criação, implementação e fortalecimento de:

I - Varas da Infância e da Juventude, específicas, em todas as comarcas que correspondam a municípios de grande e médio porte ou outra proporcionalidade por número de habitantes, dotando-as de infraestruturas e prevendo para elas regime de plantão;

II - Equipes interprofissionais, vinculadas a essas Varas e mantidas com recursos do Poder Judiciário, nos termos do Estatuto citado;

III - Varas Criminais, especializadas no processamento e julgamento de crimes praticados contra crianças e adolescentes, em todas as comarcas da Capital e nas cidades de grande porte e em outras cidades onde indicadores apontem essa necessidade, priorizando o processamento e julgamento nos Tribunais do Júri dos processos que tenham crianças e adolescentes como vítimas de crimes contra a vida;

IV - Promotorias da Infância e Juventude especializadas, em todas as comarcas na forma do inciso III;

V - Centros de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude;

VI - Núcleos Especializados de Defensores Públicos, para a imprescindível defesa técnico jurídica de crianças e adolescentes que dela necessitem; e

VIII - Delegacias de Polícia Especializadas, tanto na apuração de ato infracional atribuído a adolescente, quanto na apuração de delitos praticados contra crianças e adolescentes em todos os municípios de grande e médio porte.

Diante de pesquisa realizada pela UFRGS¹⁸ foi constatado que apenas 92 comarcas do Brasil possuem varas especializadas, e apenas 18 comarcas contam com mais de uma vara. Outro ponto, que deve ser observado é em relação a gestão administrativa do poder judiciário, em que não é seguido o critério populacional para criação de varas de competências exclusivas da infância e juventude; tão pouco é efetuado pelos Tribunais Estaduais os parâmetros estabelecidos pelo CNJ.

Após 27 anos do ECA, pode-se perceber que a realidade complexa do Brasil necessita de uma atuação intersetorial das políticas públicas; com isso o CNJ emitiu a resolução número 02, obrigando a estruturação das equipes técnicas das varas da infância e da juventude, essa resolução tem como finalidade a doutrina da proteção integral, colocando as crianças e os adolescentes na condição de sujeitos e direitos. Diante da necessidade de estruturação dessas varas, foi se percebendo a necessidade de inserir

¹⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

profissionais de Serviço Social, Pedagogia, Psicólogos; uma vez que as questões de violação de direitos de crianças e adolescentes estão correlacionadas diretamente com problemas de ordem social, e seguindo assim uma atuação de forma intersetorializada.

3. AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E AS NORMATIVAS VIGENTES

As medidas socioeducativas têm natureza jurídica impositiva, sancionatória e retributiva, tendo como objetivo inibir a reincidência de adolescentes infratores. Essas medidas têm caráter impositivo, uma vez que são aplicadas independentemente da vontade do adolescente que comete ato infracional, excetuando aquelas aplicadas em sede de remissão haja vista o seu caráter transacional. O caráter sancionatório deve-se ao fato de serem as medidas socioeducativas uma sanção aplicada pela prática de um ato contrário à legislação. Finalmente, a sua natureza retributiva está relacionada ao fato de ser uma resposta do Estado à prática de um ato infracional.

Mesmo sendo aplicada à prática de um ato ilegal, as medidas socioeducativas previstas no ECA, têm finalidade pedagógica, ou seja, possuem caráter socioeducativo. Nesse sentido, durante a execução das medidas, devem ser adotados métodos sociopedagógicos, visando à proteção integral do adolescente e a sua reintegração à sociedade. Fundamentado no artigo 227 da nossa Carta Política, o Estatuto dos Direitos de Crianças e Adolescentes inaugurou uma nova forma de responsabilização para o adolescente que comete um ato infracional, que passou de objeto de um processo para a condição de sujeito.

De acordo com o Estatuto dos Direitos de Crianças e Adolescentes, instituído pela lei 8.069 de 1990, o ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal¹⁹, praticada por criança ou adolescente, ficando as crianças sujeita às medidas de proteção que estão dispostos nos artigos 101 ao 105 do ECA/1990 e o adolescente, ao cumprimento de medidas socioeducativas conforme está disposto no artigo 112 do

¹⁹ Toda conduta que a Lei Penal tipifica como crime ou contravenção, se praticada por criança ou adolescente é tecnicamente denominada “ato infracional”. Importante destacar que esta terminologia própria não se trata de mero “eufemismo”, mas sim deve ser encarada com uma norma especial do Direito da Criança e do Adolescente, que com esta designação diferenciada procura enaltecer o caráter *extrapenal* da matéria, assim como do atendimento a ser prestado em especial ao adolescente em conflito com a lei.

mesmo estatuto e a outras modalidades de atendimento socioeducativo: atendimento inicial, internação provisória e programa de egressos da internação. Vejamos:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Para regulamentar a execução das medidas socioeducativas, foi criado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, ou apenas SINASE, pela Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e regulamentado pela Lei nº 12.594/2012. O SINASE constitui-se no conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que abrange desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. O artigo 35 da lei supracitada positiva os princípios de aplicabilidade desse sistema.

Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;
- II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de auto composição de conflitos;
- III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;
- IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida;
- V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

VI - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;

VII - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida;

VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou **status**; e

IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

Conforme disposto no SINASE, esse sistema tende a articular as três esferas de governo, os programas de atendimento e as corresponsabilidades da comunidade, da família e do Estado; que uma vez articulados podem efetivar como excelência o Sistema de Garantia de Direitos e a aplicabilidade das medidas socioeducativas conforme preconiza as normativas vigentes. Dentre as medidas socioeducativas existentes, temos as que tratam sobre a aplicação e execução de medidas socioeducativas em meio aberto: Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviço à Comunidade - PSC, especialmente no que se refere às ações de responsabilidade da Política de Assistência Social, faz-se necessário consolidar os princípios, normativas e regulatórias, considerando a interpretação sobre eventuais pontos obscuros na realidade posto no território em que vive o adolescente.

Assim, deve prevalecer o constate diálogo entre o SUAS e o SINASE, enquanto segmento de políticas eficazes de atendimento direto ao adolescente que comete ato infracional bem como é ainda uma parte de previsões constitucionais e chega ao detalhe das regulações do Sistema Único de Assistência Social, que tem incidência sobre o serviço desenvolvido para este grupo etário.

Outros princípios que norteiam as ações estratégicas para serem implementadas como políticas para Atendimento ao Adolescente em Medida Socioeducativas e sua família são:

- a) Controle Social como Defesa da Democracia e da transparência;
- b) Explicação da Pobreza como fenômeno amplo de múltiplas, complexas causas e consequências no interior da sociedade capitalista algo impactante no futuro do adolescente;
- c) Fortalecimento da participação das organizações sociais e dos adolescentes usuários dos serviços socioassistenciais, por meio do

atendimento técnico dos investimentos públicos, com a constituição de redes sociais que defendam o direito do adolescente enquanto prioridade;

d) Promoção do desenvolvimento social do adolescente na cidade, de forma integrada com ação de outras esferas de governo e secretarias municipais;

e) Respeito aos Direitos Humanos do adolescente estabelecidos na lei maior a carta Magna e as leis que contemplam a garantia de direito da Criança e do adolescente, estas articuladas com a área de Assistência Social, à criança e adolescente, à mulher, à família, e as Pessoas com Deficiências;

f) Articulação em Rede com os órgãos de defesa de direitos e garantias dos serviços prestados ao adolescente no município esteja pautado a propiciar maior qualidade de vida;

g) Combate as diversas configurações de Violência (discriminação e preconceito étnico, racial, social, gênero e geração);

h) Qualificação e requalificação teórico-prática incluindo a dimensão técnico operativa – dos profissionais, funcionários, conselheiros municipais em geral para assim contribuir para mudança de ruptura e primar pelo direito do adolescente e fomentar suas responsabilidades saudáveis;(BRASIL.MDS. 2010, p. 71)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, são definidas como crianças e adolescentes as pessoas na faixa etária compreendida entre zero e doze anos de idade incompletos, no caso das crianças, e entre os doze os dezoito anos de idade, no caso dos adolescentes, isso coloca-os como prioridade absoluta, nesse sentido a questão biopsicossocial da vida do adolescente é obrigação de todos e qualquer um. Por esse motivo, deve ser priorizado todos os aspectos de sua vida.

As famílias ou adolescentes que estejam vivendo em vulnerabilidade ou risco social, econômico e nesse sentido deve-se observar esses preceitos legais. Assim vem:

“A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (LOAS, 1993).

O desafio de superação traz à tona a reflexão de que a pobreza as ações políticas para seu enfrentamento, nas chamadas políticas de inclusão social, não podem ser pensadas de maneira isolada e segmentada. É fundamental exercer o papel integralizador

com áreas importantes como a educação, a saúde, o esporte, o lazer, geração de emprego e renda, entre outras. Esta articulação deve englobar tanto os organismos governamentais como as entidades e representações da sociedade civil organizada, facilitando a criação de redes de atendimento para otimizar os recursos disponíveis e melhorar a qualidade do atendimento ao adolescente sob medida socioeducativa.

3.1 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE (PSC) E DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA)

Conforme fundamentado na lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que em seu artigo 13 cita:

Art. 13. Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida:

I - selecionar e credenciar orientadores, designando-os, caso a caso, para acompanhar e avaliar o cumprimento da medida;

II - receber o adolescente e seus pais ou responsável e orientá-los sobre a finalidade da medida e a organização e funcionamento do programa;

III - encaminhar o adolescente para o orientador credenciado;

IV - supervisionar o desenvolvimento da medida; e

V - avaliar, com o orientador, a evolução do cumprimento da medida e, se necessário, propor à autoridade judiciária sua substituição, suspensão ou extinção.

Parágrafo único. O rol de orientadores credenciados deverá ser comunicado, semestralmente, à autoridade judiciária e ao Ministério Público.

Conforme cita as normativas do Sistema Único de Assistência Social-SUAS; bem como na resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que em seu artigo 1º inciso II, alínea c), positiva como serviço da proteção social especial de média complexidade o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Conforme o ECA, será público dessas medidas socioeducativas os adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos.

Diante do exposto, conforme resolução nº 109 que trata da Tipificação dos Serviços da rede Socioassistencial, neste caso o serviço referenciado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, o serviço de PSC ou LA tem:

(...) por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida. (BRASIL, 2009, Resolução 109)

Uma vez aplicado pelo sistema de justiça e acompanhado pelo CREAS, será necessário para que esse tenha eficácia em sua execução, que seja realizado a construção de um planejamento compartilhado de ações com vistas cumprir as medidas socioeducativas. O PIA, Plano individual de Atendimento, conforme dispõe os artigos 52 e 53 da lei 12.594 de 2012 deverá ser elaborado pela equipe multiprofissional juntamente com o adolescente e sua família. Este documento deverá traçar objetivos e metas que visam o cumprimento da medida socioeducativa, sempre na perspectiva de garantir os direitos dos adolescentes e sua ressocialização na comunidade. Uma vez concluído a construção do PIA a equipe multiprofissional do CREAS deverá realizar o acompanhamento sistemático do cumprimento das medidas socioeducativa. Serão requisitos obrigatórios do PIA:

Art. 54. Constarão do plano individual, no mínimo:

I - os resultados da avaliação interdisciplinar;

II - os objetivos declarados pelo adolescente;

III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;

IV - atividades de integração e apoio à família;

V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e

VI - as medidas específicas de atenção à sua saúde. (BRASIL, Lei 12.595/2012)

Anteposto, ao que está previsto no artigo nº 112, incisos III e IV, a justiça da infância e da juventude deverá identificar no município os locais para prestação de serviços; a exemplo de programas comunitários, escolas, hospitais, entidades socioassistenciais; esse cumprimento acompanhado pelo conselho tutelar e equipe multiprofissional do CREAS.

É válido salientar que, essa prestação de serviço será de forma gratuita e que atenda o interesse geral da comunidade, deverá ter como jornada máxima de prestação de serviço 8 horas semanais para que assim não prejudique o rendimento escolar ou rendimento laboral, este último para os maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. O cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, levará em consideração as aptidões do adolescente bem como irá favorecer o seu desenvolvimento psicossocial. Apenas o Sistema de Justiça, os profissionais da rede de atendimento e a família do adolescente terão acesso aos documentos que fundamentam as medidas socioeducativas, conforme está disposto no artigo 57, parágrafos 1 e 2 da lei que institui o SINASE:

Art. 57. Para a elaboração do PIA, a direção do respectivo programa de atendimento, pessoalmente ou por meio de membro da equipe técnica, terá acesso aos autos do procedimento de apuração do ato infracional e aos dos procedimentos de apuração de outros atos infracionais atribuídos ao mesmo adolescente.

§ 1º O acesso aos documentos de que trata o **caput** deverá ser realizado por funcionário da entidade de atendimento, devidamente credenciado para tal atividade, ou por membro da direção, em conformidade com as normas a serem definidas pelo Poder Judiciário, de forma a preservar o que determinam os arts. 143 e 144 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 2º A direção poderá requisitar, ainda:

I - ao estabelecimento de ensino, o histórico escolar do adolescente e as anotações sobre o seu aproveitamento;

II - os dados sobre o resultado de medida anteriormente aplicada e cumprida em outro programa de atendimento; e

III - os resultados de acompanhamento especializado anterior.

Conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 112, inciso IV, que trata acerca da Liberdade Assistida, concomitante com os artigos 118 e 119 do ECA/1990:

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso.

A liberdade assistida como medida socioeducativa será executada com a finalidade de: *Acompanhar, auxiliar e orientar* o adolescente, essa medida deverá ser aplicada por um prazo mínimo de seis meses conforme está disposto no ECA. A Liberdade Assistida uma vez instituída pelo Sistema de Justiça, será aplicada por um profissional técnico capacitado, na condição de orientador, este profissional irá através do PIA²⁰, traçar um plano de acompanhamento que beneficiará além do adolescente e sua família, toda a comunidade que este cidadão em cumprimento de medidas socioeducativa está inserido. É válido salientar que, o Ministério Público e a Defensoria Pública, conforme preconiza as normativas existentes realizará a avaliação técnica dessa medida, e uma vez percebido que esta medida não está cumprindo com a finalidade proposta, poderá a autoridade judicial optar pela substituição da medida.

²⁰ Art. 52 do ECA: O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de **Plano Individual de Atendimento (PIA)**, instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.

Conforme preconiza a lei que institui o SINASE e os cadernos de orientação técnica do MDS para execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, a Liberdade Assistida visa um redimensionamento em relação às atitudes praticadas pelo adolescente, uma vez que esse acompanhamento terá como objetivo reaver seus valores e sua convivência familiar e comunitária. Tal medida, é caracterizada pela intervenção socioeducativa centrada no atendimento individual, com vistas garantir o empoderamento²¹ desse adolescente através de orientação técnica, outro sim é correlato incentivar seu desenvolvimento ao que tange à escolarização, bem como de forma articulada inseri-lo no mercado de trabalho e/ou em cursos profissionalizantes.

Para que seja executado com excelência, a Liberdade Assistida requer, que haja uma mudança quanto a concepção de conceitos, ou seja, que haja um abandono de posturas excludentes e estigmatizantes, em relação ao adolescente. Uma vez que devem ser adotadas posturas e práticas construtivas que vise incluir o adolescente no contexto de sociedade. Em relação ao gerenciamento da Liberdade Assistida, conforme positivado no Estatuto da Criança e do Adolescente, caberá ao judiciário a aplicação e a supervisão da medida; já para os equipamentos vinculados aos municípios, caberá a execução das ações que forem estabelecidas através do PIA, tudo isso tendo o Ministério Público como órgão de fiscalização.

Para o funcionamento do Programa é necessária uma Equipe de Orientadores Sociais, devidamente capacitados, que desenvolverão uma ação pedagógica, em conformidade com o Art. 119 - ECA, direcionada em quatro aspectos:

Família: reforçar e/ou estabelecer vínculos familiares, através de uma relação de aceitação, colaboração e de corresponsabilidade no processo sócio - educativo;

Escola: incentivar o retorno, a permanência e o sucesso escolar objetivando ampliar as perspectivas de vida;

Vida profissional: estimular e/ou propiciar a habilitação profissional com vistas ao ingresso no mercado de trabalho; Comunidade: promover e fortalecer os laços comunitários, objetivando a sua reinserção social (MPGO,2000, p. 8).

²¹ É a ação social coletiva de participar de debates que visam potencializar a conscientização civil sobre os direitos sociais e civis. Esta consciência possibilita a aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política.

Ainda em relação a Liberdade Assistida, se faz necessário destacar a modalidade de Liberdade Assistida Comunitária, onde essa envolve não apenas os entes já mencionados, mas também atores da sociedade que são chamados a contribuir de maneira eficaz para a reabilitação do adolescente do contexto de comunidade. A execução dessa modalidade de Liberdade Assistida, será realizada por educadores sociais voluntários da própria comunidade, agentes esses que serão capacitados e credenciados pelo Juiz da Infância e da Juventude, para que assim ocorra o comprometimento de todos na inserção social do adolescente autor de ato infracional.

É válido salientar que, apesar das normativas de orientação para o cumprimento dessa medida socioeducativa, se faz necessário vontade política para eficácia dos programas, uma vez que esses pontos abordados são de competência do Poder Público, seja ele órgão aplicador, executor ou fiscalizador. Nesse sentido, é perceptível a necessidade de aprimorar a execução dessa medida, para que assim ocorra uma recuperação efetiva do adolescente e não mais uma medida mal executada.

3.2 DOS PLANOS DE ATENDIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Fundamentado no artigo 8º do ECA:

Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 .

Os entes federados deverão executar o atendimento através de um plano articulado intersetorialmente; o governo federal executará o SINASE através da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, esse plano será cofinanciado com recurso do orçamento fiscal e da seguridade social. Ao que tange a aplicabilidade em âmbito Estadual, esse ente será responsável pelas Medidas Socioeducativas em meio fechado; já em relação às medidas em meio aberto o Estado executará de forma compartilhada, prestando assessoria técnica e oferecendo financiamento para execução da oferta do serviço de maneira regular (BRASIL, 2016, p. 32).

Ao que tange, a execução da aplicação de Medidas Socioeducativas em âmbito municipal, este ente terá a competência de execução em meio aberto, outrossim, caberá

ao órgão executor de forma articulada formular e instituir o seu sistema bem como o seu Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e, principalmente, cofinanciar e executar essas medidas socioeducativas (BRASIL, 2016 p. 32).

Conforme o Plano Nacional, os Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo, deverão ser construídos com base em quatro eixos:

A) Gestão do SIMASE: Instalação das coordenações do SIMASE; Implantação e implementação da política de cofinanciamento; incentivar a implantação dos Comitês Intersetoriais do SIMASE; instituir o Sistema Municipal de Avaliação e Acompanhamento do Atendimento Socioeducativo; Implantação da Escola Municipal do SIMASE; Implantação e implementação das políticas setoriais que atuam no Sistema Socioeducativo (BRASIL, 2016 p. 34).

B) Qualificação do atendimento socioeducativo: Da parametrização do SIMASE; dos profissionais do SIMASE; ao adolescente; do enfrentamento institucional; da infraestrutura. (BRASIL, 2016 p. 34).

C) Participação e autonomia das/dos adolescentes: Implantação de instrumentos e mecanismos de participação que fortaleçam o controle social. (BRASIL, 2016 p. 34).

D) Fortalecimento dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública: Fortalecer os Sistemas de Justiça bem como os órgãos vinculados a segurança pública. (BRASIL, 2016 p. 34).

Conforme disposto no caderno de orientação de Medidas Socioeducativas, o Plano SIMASE deverá ser construído fundamentado no princípio da Proteção Integral, bem como na responsabilização dos adolescentes em cumprimento de medidas e atendimento socioeducativo; este plano levará em consideração a territorialização, a intersetorialidade e a participação social dos órgãos que compõem o sistema Socioeducativo.

Com vista a garantir a eficácia destes planos em âmbito municipal, deverá o Poder Executivo, através de suas comissões monitorar a execução do que está sendo proposto, uma vez que este plano terá vigência de quatro anos. A prerrogativa de controle social desse plano é do Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente, uma vez que este conselho deverá fazer o controle fundamentado em cinco diretrizes:

- (I) a socioeducação como meio de construção de novos projetos pautados no incentivo ao protagonismo e à autonomia e pactuados com os adolescentes e famílias;
- (II) a introdução da mediação de conflitos e de práticas restaurativas no atendimento socioeducativo;
- (III) o reconhecimento da escolarização como elemento estruturante do sistema socioeducativo;
- (IV) a garantia da oferta e acesso à profissionalização, às atividades esportivas, de lazer e de cultura tanto no meio fechado como na articulação da rede do meio aberto;
- (V) a prevalência das medidas em meio aberto sobre as medidas em meio fechado. (BRASIL,2016, p.34)

Outrossim, a intersetorialidade dos serviços de Medidas Socioeducativas, deverá ocorrer uma articulação entre os profissionais que compõem esse sistema com isso garantir a oferta ampliada das políticas intersetoriais. Conforme preconiza o ECA, as políticas públicas direcionadas a crianças e a adolescentes devem ser executadas de forma descentralizada e participativa; é de fundamental importância que os órgãos gestores venham institucionalizar de forma articulada a aplicação dessas políticas públicas, para que assim seja evitado a descontinuidade e a pessoalidade das ações.

É de suma importância formular estratégias para execução dessas medidas, sendo de fundamental o estabelecimento de fluxos e protocolos entre os órgãos gestores que executam essas políticas intersetorialmente; é válido salientar a necessidade de participação do Sistema de Justiça na criação deste protocolo (BRASIL, 2016 p. 44). Uma vez construídos de forma articulada, os planos de atendimento Socioeducativo, serão instrumentos que orientarão o planejamento e a organização para um funcionamento articulado, o plano também irá estabelecer diretrizes, objetivos, metas, prioridades, formas de financiamento e gestão desse sistema tão complexo (BRASIL, 2016 p. 44).

Uma vez criado o plano municipal de atendimento socioeducativo, esse servirá como referência para o acompanhamento da Comissão Intersetorial de Atendimento Socioeducativo, onde essa será responsável pela estruturação, elaboração e acompanhamento das ações intersetoriais através das metas e diretrizes prevista no Plano. Conforme o decreto presidencial de 13 de julho de 2006, cada ente deverá criar a sua

Comissão Intersetorial para que assim possa dividir as responsabilidades e promover a transversalidade das políticas intersetoriais no SINASE.

A composição da Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sistema Socioeducativo seja do Estado, do Distrito Federal ou dos Municípios deverá ser composta, no mínimo, por: representante do órgão gestor do executivo, representante do órgão gestor responsável pela execução das medidas em meio aberto e medidas em meio fechado, representante da Política de Assistência Social, representante da Política de Saúde, representante da Política de Educação, representante da Política de Trabalho, representante da Política de Cultura, representante da Política de Esporte, representante da Política de Direitos Humanos, representante da Política de Segurança Pública, representante do Ministério Público, representante do Poder Judiciário, representante da Defensoria Pública, representante do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e representante do Conselho de Assistência Social (BRASIL, 2016, p. 45)

3.3 DO FINANCIAMENTO

O CREAS, que é o equipamento que tem a finalidade de executar as Medidas Socioeducativas em meio aberto poderá ser implantado com abrangência local ou regional, isso irá depender do porte, nível de gestão ou demanda do município. Ao que tange ao CREAS de abrangência local, poderá ser implantado em municípios habilitados em gestão inicial, básica e plena.

Os municípios em gestão inicial e básica que implantarem os CREAS, deverão ofertar o serviço de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes podendo, no entanto, de acordo com sua capacidade e por meios próprios, ampliar o atendimento para as demais situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes (MPGO, p. 6).

O CREAS implantado em municípios em gestão plena deverá ampliar o atendimento voltado às situações de abuso, exploração e violência sexual de crianças e adolescentes para ações mais gerais de enfrentamento das situações de violação de direitos relativos ao nível de proteção social especial de média complexidade, de acordo com a incidência das situações de violações de direitos, devendo disponibilizar todos os

serviços especificados no item 5, que serão cofinanciados pelo Governo Federal.(MPGO, p. 6).

Ao que tange ao Título I, capítulo VII que trata do financiamento e das prioridades, da lei 12.594 de 2012, às Medidas Socioeducativas serão cofinanciadas com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, além de outras fontes. O parágrafo 2º do artigo 30 discorre que: “*Os entes federados que tenham instituído seus sistemas de atendimento socioeducativo terão acesso aos recursos na forma de transferência adotada pelos órgãos integrantes do SINASE*”. O Ministério do Desenvolvimento Social, em 2008 instituiu através da resolução Nº 05/2008 da CIT²² a necessidade de execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto através dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social; logo o recurso para execução desse serviço, para os municípios que possuem mais de 50 mil habitantes teve designação direta, ou seja, o MDS cofinanciou essas execuções. Já para os municípios com menos de 50 mil habitantes, ditos como pequeno porte I e II não há um cofinanciamento direto, pois o recurso cofinanciado está vinculado ao recurso ofertado para execução do Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos- PAEFI²³.

Ainda em 2008 com a publicação da portaria nº 222 do MDS²⁴, regulamentou-se a transferência do cofinanciamento federal para a execução dos CREAS que executam Medidas Socioeducativas em meio aberto; os critérios para implementação desse serviço foram estabelecidos através do artigo 2º da portaria 222/2008-MDS. Em relação aos valores para esse cofinanciamento, via transferência fundo-a-fundo foi normatizado conforme disposto no artigo 4º da portaria supracitada:

Art. 4º Os valores do cofinanciamento federal para a implementação do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas

²² O processo de gestão do Sistema Único da Assistência Social (Suas) conta com instâncias de pactuação: a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e as Comissões Intergestores Bipartite (CIB). A CIT é um espaço de articulação e expressão das demandas dos gestores federais, estaduais e municipais.

²³ Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi). O Paefi é um serviço de orientação e acompanhamento de famílias que possuem um ou mais indivíduos em situação de vulnerabilidade, como ameaça ou violação de direitos.

²⁴ Dispõe sobre o cofinanciamento Federal do Piso Fixo de Média Complexidade para a implantação de Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e implementação do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no âmbito da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.

Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviço à Comunidade - PSC, são:

I - para os municípios que recebem **mensalmente R\$3.100,00 (três mil e cem reais) do Piso Fixo de Média Complexidade** para o custeio dos serviços do CREAS, o valor do cofinanciamento será acrescido de **R\$ 4.068,00, (quatro mil e sessenta e oito reais) a cada grupo de até quarenta adolescentes;**

II - para os municípios que recebem mensalmente valor igual ou superior a **R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais) do Piso Fixo de Média Complexidade** para o custeio dos serviços do CREAS, o valor do cofinanciamento será acrescido de **R\$ 2.068,00, (dois mil e sessenta e oito reais) a cada grupo de até quarenta adolescentes;**

Parágrafo único. A partir da formação do primeiro grupo de quarenta adolescentes atendidos, o cofinanciamento será acrescido, em valores iguais na forma deste artigo, para cada grupo subsequente de quarenta adolescentes, considerando o quantitativo mínimo de dez adolescentes para a formação de novo grupo.

Visando o aprimoramento dos serviços vinculados e executados pelo Sistema Único de Assistência Social, em 2014, o MDS através do Conselho nacional de Assistência Social publicou a resolução 18 que dispõe sobre expansão e qualificação do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

Esta resolução em seu artigo primeiro aprovou a elegibilidade e a partilha dos recursos de cofinanciamento para expansão do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (CNAS, 2014, p. 2) Esta mesma resolução trouxe subsidiariamente a necessidade de maneira complementar as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; também trouxe a complementariedade do que é executado do pelo CRAS a

partir do PAIF e do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho-Acessuas Trabalho²⁵

A partir de uma fundamentação teórica acerca das normativas que subsidiam as Medidas Socioeducativas, no próximo capítulo será apresentada a sistemática de construção do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo vigência 2015 a 2026, essa análise será descritiva a partir dos capítulos apresentados no Plano, conforme aprovação do Conselho Estadual dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

4. O PLANO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DA PARAÍBA

A construção do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba teve início com o Grupo de Trabalho Medidas Socioeducativas em 2011, esse Grupo de Trabalho foi formado por instituições governamentais e não governamentais que atuam na política de proteção integral voltada ao adolescente ao qual se atribui a autoria de ato infracional.

No ano de 2013, o Grupo de Trabalho enviou um expediente ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e à Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” (FUNDAC), solicitando celeridade na elaboração do Plano Estadual de Medidas Socioeducativas. Em abril de 2013, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente da Paraíba criou a Comissão Intersetorial Estadual do SINASE, por meio da Resolução nº 4/2013, com a finalidade de promover a articulação do Sistema de Garantia de Direitos na implementação do Sistema Socioeducativo. A Comissão foi formada por representantes de órgãos do governo e de outros setores da sociedade civil. (PARAÍBA, 2015, p. 19)

A elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo se constituiu como uma das ações da Comissão Intersetorial do SINASE, tendo o Grupo de Trabalho de Medidas Socioeducativas se unido a esta Comissão em maio de 2013 para a construção do Plano.

²⁵ Acessuas Trabalho: É um programa que mobiliza, articula, encaminha e acompanha a trajetória dos adolescentes a partir de 14 anos na condição de aprendiz e a partir de 16 anos para a profissionalização, bem como de suas famílias.

O processo de elaboração do Plano começou com a apresentação na Comissão, dos dados do sistema socioeducativo coletados para compor o diagnóstico situacional: a cada reunião, três instituições apresentavam os dados e projetos existentes, que eram discutidos por todo o grupo.

A convite da Comissão Estadual, em 2014 foi realizado um encontro com o Consultor Nacional do SINASE, vinculado à Secretaria Nacional do Direitos Humanos, que apresentou uma proposta para levantamento dos dados, o Consultor expos um documento com sugestões de tabelas a serem preenchidas pelas entidades governamentais e pelo Sistema de Justiça. Após essa reunião de orientação, deu-se início ao processo de levantamento dos dados, a Comissão de Construção enviou os ofícios para os órgãos do governo e do sistema de justiça solicitando o preenchimento das tabelas. Desde esse momento, percebeu-se que as instituições apresentavam fragilidades no registro dos dados e informações.

Sendo assim, o Plano que será analisado está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo são apresentados os Princípios e Diretrizes do Plano, em consonância com o Plano Nacional; o segundo capítulo apresenta o Diagnóstico Situacional do Sistema Socioeducativo na Paraíba; o terceiro aborda a Gestão do Sistema Socioeducativo; e o quarto contempla os Objetivos, Metas, Prazos e Responsáveis, organizados de acordo com o ciclo orçamentário para fundamentar o pleito por recursos para a operacionalização do Plano; onde serão extraídos os dados referentes as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

4.1 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Diante do exposto, o Plano Estadual, utilizou os princípios e diretrizes conforme o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, foi considerado os princípios e diretrizes com maior relação com a realidade do estado da Paraíba.

PRINCÍPIOS

1. Os adolescentes são sujeitos de direitos, entre os quais está a presunção da inocência.
2. Ao adolescente que cumpre medida socioeducativa deve ser dada proteção integral, garantindo os seus direitos.
3. Em consonância com os marcos legais, o atendimento socioeducativo deve ser territorializado, regionalizado, e contar com participação social e

gestão democrática, intersetorialidade e responsabilização, por meio da integração operacional dos órgãos que compõem esse sistema.

DIRETRIZES

- a)Garantir a qualidade no atendimento socioeducativo de acordo com os parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.
- b)Garantir o protagonismo, a participação e a autonomia de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e de suas famílias, e o direito de serem ouvidos sempre que requererem.
- c)Assegurar a primazia das medidas socioeducativas em meio aberto.
- d) Humanizar as Unidades de Internação, garantindo a incolumidade, a integridade física e mental e a segurança do/a adolescente e dos profissionais que trabalham no interior das unidades socioeducativas.
- e)Criar mecanismos que previnam e mediem situações de conflito, desconstruindo concepções separatistas e estabelecendo práticas restaurativas.
- f)Garantir o acesso do adolescente ao Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacias e Defensoria Pública), à Assistência Social, à Educação, à Saúde, à Segurança, ao Esporte, à Cultura, ao Lazer e à Profissionalização em articulação com a rede nos meios aberto e fechado.
- g)Garantir o direito à convivência familiar e comunitária na política de atendimento socioeducativo.
- h)Garantir a gestão articulada do Sinase, com ações compartilhadas entre as três esferas de governo, através do mecanismo de cofinanciamento.
- i) Valorizar os profissionais da socioeducação e promover formação continuada.
- j) Garantir a autonomia dos Conselhos de Direitos nas deliberações, no controle social e na fiscalização do Plano e do Sinase.
- l)Estabelecer regras claras de convivência institucional, definidas em regimentos internos apropriados por toda a comunidade socioeducativa.
- m)Assegurar a construção e a prática de um projeto político-pedagógico fundamentado teoricamente nas orientações do Sinase.
- n)Assegurar os recursos orçamentários com vistas à implementação da política de atendimento socioeducativo. (PARAÍBA, 2015, p. 23 e 24)

4.2 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

O Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo faz uma análise contextualizando os dados do cenário nacional e com os dados a nível estadual. No ano de 2011 existiam 107.670 adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, desse total,

19.595 em meio fechado e 88.075 em meio aberto (PARAÍBA, 2015, p. 27). Fazendo uma análise mais detalhada, pode-se perceber que 95% dos que cumpriam essas medidas eram do sexo masculino, quanto as escolaridades a maioria haviam cursado só até a 5ª série; quando detalhamos também os percentuais referente aos atos infracionais, pode-se perceber que: 38% são de roubo, 26,6% são de tráfico, 8,4% homicídio e 5,6% por furto. (CNJ, 2012).

Conforme orientação da Consultoria Nacional, os dados para construção do plano estadual foram coletados respeitando o lapso temporal entre os anos de 2006 a 2013, entretanto, apesar de reiteradas solicitações os formulários foram apresentados incompletos. Através das várias reuniões realizadas, pela Comissão Estadual, foi também construído um diagnóstico qualitativo que obteve dados do meio aberto e do meio fechado.

4.3 SISTEMA DE JUSTIÇA E ATENDIMENTO INICIAL

Conforme as normativas norteiam o sistema de atendimento socioeducativo, o atendimento junto ao adolescente que pratica ato infracional deveria ocorrer de maneira integrada, uma vez que, essa integração deve ser entre Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Política de Assistência Social. Porém, conforme percebido pela Comissão Estadual, através dos dados coletados na Paraíba não ocorre essa modalidade de atendimento, uma vez que o atendimento e acompanhamento desse adolescente ocorre de maneira fragmentada (PARAÍBA, 2015, p. 28).

Outro ponto que deve ser observado é em relação as 77 comarcas existentes para atender aos 223 municípios; onde 52 delas são varas únicas e 22 varas mistas, e dentre as 77 comarcas apenas 1 (uma) é vara especializada em medida socioeducativa, que é a 2ª Vara da Infância e da Juventude situada em João Pessoa. Já em Campina Grande, existe uma vara privativa da infância que contempla a área cível e a área infracional.

Conforme os dados do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, no ano de 2013 foram encaminhados 645 adolescentes para cumprir medidas socioeducativas em meio aberto, desse número 348 foram de Prestação de Serviço à Comunidade - PSC e 116 por Liberdade Assistida - LA, os demais números de adolescentes estão divididos para Medidas Socioeducativas de Advertência, Obrigação de Reparar o Dano e Medida Protetiva. Até 23 de outubro de 2014, em João Pessoa haviam sido encaminhados 360

adolescentes para cumprir medidas socioeducativas em meio aberto. (PARAÍBA, 2015, p. 28)

4.4 ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO

As primeiras experiências de medidas socioeducativas em meio aberto, na Paraíba, ocorreram em Campina Grande com o Serviço Integrado de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - SINTA. Com a implementação em 2006 da Política de Assistência Social, Estado da Paraíba foi contemplado com os Centros de Referências Especializados de Assistência Social. Conforme explicado no capítulo anterior, com a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, os CREAS passaram a executar e acompanhar esses adolescentes, fundamentados na resolução número 109 de 2009 que tipifica os serviços socioassistenciais.

Conforme dados coletados pela Comissão Estadual de construção do plano, a Paraíba, em 2013 possuía 96 CREAS, sendo 20 de polos regionais geridos pelo estado; e 76 municipais. Com o reordenamento da Política de Assistência Social, ao que tange os CREAS, foi ampliado para 26 polos regionais geridos pelo estado e 78 municipais, totalizando assim no estado da Paraíba 104 unidades (R.I.-MDS/CREAS, 2014).

É de extrema relevância pontuar que, na Paraíba, foram por diversos anos que ocorreu a implantação dos equipamentos CREAS; na mesorregião do litoral ocorreu em 2006; já no agreste os CREAS foram implantados nos anos de 2010 e 2011. Na mesorregião do sertão, a implantação dos CREAS levou em consideração os altos índices de violações de direitos e também através de uma articulação da sociedade civil e outros órgãos. Na mesorregião da Borborema, houve a implantação dos CREAS no ano de 2011, ano esse que também foi implantado os CREAS no alto sertão (PARAÍBA, 2015, p. 30).

Ao analisar o número de programas de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida contrapondo a quantidade de atendimento entre os anos de 2010 a 2013 podemos observar que o número total de programas de 2010 a 2013 foi de 21; já em relação a quantidade de atendimentos foram realizados pelos CREAS da Paraíba um total de 532 atendimentos entre PSC e LA. (PARAÍBA, 2015, p. 30 tab. 3)

Apesar dos dados estarem incompletos conforme citado anteriormente; é válido pontuar que foi a partir de 2011 que as coletas dos dados da Política de Assistência Social

foram sistematizadas de forma oficial pelo CENSO-SUAS²⁶. O Plano Estadual expôs, através das informações obtidas pelos profissionais da equipe CREAS que:

(...)o CREAS recebe encaminhamento da Justiça para acompanhar o adolescente e, geralmente, a família comparece ao serviço. Quando não ocorre a demanda espontânea, procede-se à busca ativa. O adolescente é ouvido individualmente, seguindo-se a isso a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) bem como registro da família para acompanhamento. Em seguida, o adolescente é encaminhado à instituição onde prestará seus serviços, no caso da PSC. Durante o cumprimento da medida são realizadas, em geral, atividades pedagógicas, grupos, visitas domiciliares e institucionais; os adolescentes são inseridos na escola e em atividades de lazer, e são encaminhados relatórios e frequências escolares ao Ministério Público (MP). Quando finaliza o cumprimento da medida, o MP emite um relatório e o CREAS desliga o jovem; algum tempo após o desligamento, é feita uma visita domiciliar para verificar se houve reincidência. No quesito desligamento, os profissionais do Litoral relataram dificuldades por não existir um acompanhamento dos egressos. (PARAÍBA, 2015, p. 31 e 32).

Outro ponto abordado também pelo plano, é acerca das problemáticas existentes em relação a composição das equipes e também em relação a estrutura física mínima para o funcionamento dos CREAS. Apesar de regulamentado pela resolução 109/2009 o CNAS, que normatiza o funcionamento desde a equipe mínima até as condições necessárias de estrutura física dos equipamentos da Política de Assistência, em sua maioria esses equipamentos não funcionam conforme o estabelecido, tornado inviável o atendimento humanizado com qualidade.

Há preconceito e despreparo por parte das instituições em que deve haver cumprimento da medida de Prestação de Serviço à Comunidade e as resistências para receber o jovem persistem, mesmo após visita prévia da equipe do CREAS. No Alto Sertão, acrescenta-se como dificuldade a falta de locais para a execução das medidas. (PARAÍBA, 2015, p. 32)

Para além de todas as demandas atribuídas pelas normativas que fundamentam o SUAS na correlação com o SINASE, os profissionais, através dos formulários

²⁶ O Censo SUAS é uma importante ferramenta de coleta de informações sobre os serviços, programas e projetos de assistência social realizados pelos municípios e estados, bem como informações sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social.

apresentados a Comissão Estadual, também relataram acerca dos abusos praticados pelo Sistema de Justiça, onde isso ocorreu e ocorre a partir de envios de ofícios aos CREAS, requerendo que os profissionais realizem atividades adversas com que é regulamentado pela NOB-RH²⁷; esses profissionais por força de “cumpra-se”, são “obrigados” a realizar visitas investigativas para cumprir o que é requerido pelo judiciário. Diante dessa demanda foram convidados o Juiz da coordenação da Infância e da Juventude, bem como a Coordenadora do CAOP, para recebimento desses apontamentos, estes por sua vez se comprometeram a tomar providências ainda em 2015, porém em 18 de agosto de 2017 ocorreu um Seminário, onde esteve presente, representantes da SEDH²⁸, representantes de âmbito municipal e contou também com representações do Tribunal de Justiça e Ministério Público, com vistas avaliar acerca da demanda surgida desde 2015, diante do novo diagnóstico apresentado, percebeu-se uma piora no envio dessas demandas para o CREAS, com isso impossibilitando um atendimento com qualidade junto aos diversos públicos atendidos pela equipe desses equipamentos.

Ao que tange, as correlações entre os órgãos gestores, as equipes também relataram acerca da não compreensão do que seja atribuição ou não do equipamento CREAS, uma vez que por não existir essa compreensão acabam executando atividades não correspondentes, tendo assim desvio de finalidade no exercício da profissão, outro ponto ainda em relação aos órgãos gestores é em relação ao alto índice de rotatividade desses profissionais, dificultando assim a execução da política pública com qualidade. Do ponto de vista do Sistema de Garantia de Direitos, os profissionais que executam as medidas Socioeducativas no CREAS, expuseram que ainda falta uma maior articulação da rede com os outros órgãos, a exemplo das delegacias e de outras secretarias.

(...) delegacias que funcionam apenas uma vez por semana, comarcas distantes do município, falta de aparelhos governamentais nas regiões, rotatividade de promotores, defensores públicos e conselheiros tutelares que afeta a continuidade do trabalho; há ainda uma fragilidade nos CMDCA's. (PARAÍBA, 2015, p. 33)

²⁷ A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) organiza, para todo o território nacional, os princípios e diretrizes de descentralização da gestão e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios inerentes à Política de Assistência Social.

²⁸ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (SEDH)

Uma vez citada a problemática pontuada pelos profissionais dos CREAS, percebe-se uma falta de compromisso dos órgãos executivos, não há articulação da rede que compõe o Sistema de Garantia de Direitos-SGD, não disposição dos órgãos em manterem os espaços de execução da política de garantias de direitos de crianças e adolescentes, uma vez que, o mau funcionamento dos equipamentos: delegacia, defensoria, conselho tutelar e CMDCA's inviabilizam o desenvolvimento de uma política pública com excelência.

4.5 PERFIL DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO

Conforme apresentação dos formulários, no Plano Estadual, percebeu-se que nos anos de 2006 a 2013, os atos infracionais foram cometidos por pelas faixas etárias; de 12 a 14 anos: 48 adolescentes; de 15 a 17 anos: 252 adolescentes; de 18 a 21 anos: 110 jovens. (PARAÍBA, 2015, p. 37) Em análise a esses dados é notável os índices elevados de adolescentes com a faixa etária entre 15 a 17 anos, cometendo seu primeiro ato infracional. Outro dado que deve ser levado em consideração é em relação ao sexo desses adolescentes atendidos, onde 86,3%, ou seja, 346 adolescentes são do sexo masculino e 13,7%, ou seja, 55 adolescentes são do sexo feminino.

Ao que concerne, a apresentação dos dados da tabela que trata acerca da Cor dos adolescentes atendidos nos Programa de Prestação de Serviço à Comunidade e de Liberdade Assistida há dados, porém estes, não correspondem com a informação desejada. Conforme a apresentação dos dados que traçam o perfil infracional nos programas de PSC e LA, os maiores índices estão relacionados a furto e a roubo; a partir de 2011 foi verificado o surgimento de índices correlacionados com o tráfico de drogas; já no ano de 2013, conforme dados apresentados percebeu-se índices relacionados a homicídios, é válido salientar que os índices de tráfico de drogas e homicídios foram quantificados na capital.

Outro ponto abordado pelo plano, é a questão da reincidência durante e após o cumprimento da medida socioeducativa, esses dados podem ser relacionados também com o diagnóstico de uso de drogas por esses adolescentes. Essa reincidência demonstra que os adolescentes possuem uma dependência da droga, e com a necessidade de manter o seu vício acaba cometendo outro ato infracional. É necessário entender que, neste caso,

a droga é apenas um sintoma, pois a reincidência do adolescente expõe a fragilidade das políticas públicas e do Sistema de Garantia de Direitos, onde estes deveriam de forma articulada garantir que o adolescente fosse ressocializado.

Na condição, de Direito de Todos e dever do Estado, foi traçado o perfil educacional dos adolescentes correlacionado com os índices de escolarização. Vejamos, adolescentes não alfabetizados: 07, ensino fundamental: 335, ensino médio: 22, não sabem responder: 03, dando um total de 367. Já em relação ao total de adolescentes matriculados e frequentando a escola nos Programas de Prestação de Serviço à Comunidade e de Liberdade Assistida, foi percebido que haviam 360 matriculados e apenas 261 frequentando a escola, apesar de não ter muita discrepância nos números, se faz necessário fortalecer a política de educação para esse público, para que o índice de frequência escolar venha atingir os 100%. (PARAÍBA, 2015, p.44)

Já ao que concerne ao direito a Assistência Social, e a participação em programas sociais, ao que tange às medidas socioeducativas em meio aberto, entre os anos de 2010 e 2013 haviam 256 adolescentes inseridos no Programa Bolsa Família; diante do exposto com vista a garantir as condicionalidades exigidas pelo programa as equipes realizaram visitas domiciliares, atendimento psicossocial, bem com realizaram encaminhamentos para que esses adolescentes fossem acompanhados por outras políticas, a exemplo educação e saúde; outro ponto fortalecido a partir deste acompanhamento foi em relação a integração da família para construção do PIA. (PARAÍBA, 2015, p.46)

Em relação a Política de Esportes, os dados apresentados demonstram que apenas 2% dos adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas em meio aberto praticavam atividades esportivas no ano de 2010. Em 2013 esse índice subiu para 10% dos adolescentes em atendimento.

Quando analisado os dados relacionado ao mercado de trabalho, é possível observar que 39 adolescentes participaram de cursos profissionalizantes, vejamos:

Desde o ano de 2012 vem sendo desenvolvido em João Pessoa um projeto de profissionalização com os jovens em cumprimento de medidas em meio aberto, o Projeto Integrado de Aprendizagem Profissional. Trata-se de uma parceria entre Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FEPETI), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Universidade Federal da Paraíba

(UFPB), na qual os jovens participam de cursos de português e matemática, realizados na UFPB, com o objetivo de se prepararem para a seleção do programa de profissionalização, e, após a seleção, fazem a formação profissionalizante e a inserção prática em empresa, etapa de responsabilidade do SENAI.(PARAÍBA, 2015, p. 48)

Em relação a Política de Saúde, o Plano Estadual, apenas pontua a quantidade de adolescente em cumprimento de medidas socioeducativa em meio aberto, encaminhados aos serviços de saúde, quantificando assim um total de 20 adolescentes; isso demonstra a fragilidade de contabilização dos dados, ou até mesmo a falta de articulação com as demais políticas.

4.6 RECURSOS HUMANOS

Conforme preconiza a resolução 109 de 2009 do CNAS, bem como a resolução 119 de 2006 do CONANDA, é necessário que os equipamentos que executam o atendimento socioeducativo, possuam equipe mínima para acompanhamento desses adolescentes. Essa equipe deverá ser composta por: 1 coordenador, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 educador social, 1 advogado; bem como auxiliares administrativos. (BRASIL, 2009)

Em análise aos dados apresentado à Comissão do Plano Estadual, foi percebido a insuficiência desses profissionais; uma vez que poucos profissionais participaram das reuniões, outro ponto observado através dos formulários foi em relação ao acúmulo de função, onde os técnicos atuavam na condição de coordenação; outro ponto abordado foi em relação ao alto índice de rotatividade desses profissionais, problemática que expõe a necessidade urgente de realização de concursos. (PARAÍBA, 2015, p. 53)

4.7 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Diante da (r)evolução tecnológica existente, também em relação a necessidade de aprimoramento das informações; as Políticas Sociais, passaram a adotar o meio tecnológico para sistematizar os dados existentes em relação as políticas públicas. Para Política de Assistência e as demais Políticas Públicas a ela atrelada, todavia na Política

de Assistência Social essa inserção de dados para o monitoramento da Gestão Social é realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social-MDS através da SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação), essa secretaria desenvolve ferramentas informacionais para apoiar as atividades de gestão, monitoramento e avaliação de programas do MDS. Além de sistemas para organização e integração de dados do Cadastro Único e de outras fontes de informação, a SAGI elabora aplicações com mapas, imagens de satélites e informações textuais para boletins automatizados.

Em relação a Política Pública direcionada a Crianças e Adolescentes, temos o SIPIA (Sistema de Informação da Política da Infância e Adolescência), esse Sistema propõe a criação de um sistema de registro e tratamento de informações sobre a garantia dos direitos fundamentais preconizados pelo estatuto da criança e do adolescente (ECA), lei nº 8.069/90. Este sistema opera sobre de dados, definida como núcleo básico Brasil - NBB, levantados e agrupados homogeneamente nos municípios de cada unidade federada, através de um instrumento único de registro.

O SIPIA, pode ser utilizado para duas finalidades, registrando os direitos violados e, de outro, dá suporte a definição das políticas públicas de atendimento direcionada a crianças e adolescentes. Uma vez utilizado de forma correta, é um programa de fundamental importância, pois possibilita, a otimização das atividades, para que seja cumprido e operacionalizado a política de atendimento à criança e ao adolescente.

Os dados do meio aberto e do meio fechado ainda são armazenados em relatórios, fichas e prontuários que contêm os registros dos atendimentos do mês. No caso dos CREAS, relatou-se que em Campina Grande foi desenvolvido um sistema específico de registro de atendimento de medidas em PSC e LA, porém o SIPIA ainda não funciona. No Sertão ele foi implantado, mas ainda não foi operacionalizado, e alguns municípios não foram capacitados; no Litoral, as equipes estão sendo capacitadas para uso do sistema. De acordo com a SEDH, os dados quantitativos do meio aberto são inseridos no Registro Mensal de Atendimento (RMA), aplicativo online do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (PARAÍBA, 2015, p. 54)

Quando se trata de sistemas para consolidação dos dados de atendimento da política da Criança e do Adolescentes, na Paraíba ainda é bastante falho, os softwares são poucos ou até mesmo nenhum. Ao que concerne a sistemas direcionados em monitorar ao atendimento de Medidas Socioeducativas, apenas uma unidade de atendimento de MSE em meio fechado que faz inserção, entretanto, conforme os dados apresentados na Comissão Estadual do Plano; que faltam equipamentos, e para aqueles que possuem equipamentos não possuem profissionais capacitados.

4.8 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: DOS OBJETIVOS, METAS, PRAZOS E RESPONSÁVEIS.

TABELA 1: EIXO 01: GESTÃO DO SINASE

Objetivo	Metas	Período				Responsável
		2015	2016 - 2019	2020 - 2023	2024	
Garantir uma gestão eficaz e autônoma do Sinase	- Criar um órgão gestor estadual do Sistema Socioeducativo, conforme Art. 4º da Lei do Sinase	X				Governo do Estado da Paraíba e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA)
	- Assegurar que o ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA) do Governo do Estado contemple os objetivos e metas do presente Plano Decenal	X	X	X	X	Governo do Estado da Paraíba e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA)
Garantir a fiscalização da gestão do Sinase	- Criar Comissão Permanente de acompanhamento, monitoramento e avaliação do SINASE na paraíba	X				CEDCA
	- Promover a integração e articulação das políticas públicas de direitos dos adolescentes no atendimento socioeducativo	X	X	X	X	CEDCA
Assegurar uma gestão da informação qualificada para monitorar e subsidiar as ações do Sinase	- Implantar efetivamente o SIPIA SINASE	X	X	X	X	CEDCA Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH)

Fonte: Plano Estadual de Medidas Socioeducativas

Uma vez apresentado os prazos e metas que serão colocados em prática em relação as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, com a efetivação do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, ao que concerne aos dados expostos na Tabela 1 que trata do Eixo 1: Gestão do Sinase, é válido pontuar que em relação ao objetivo 1 em sua meta 1 ao que concerne a criação de um órgão gestor que tinha prazo até o ano de 2015 conforme dados publicizados pelo Ministério Público em 25 de maio de 2017, reunião realizada com representantes governamentais e da sociedade civil que integram a comissão de monitoramento do plano decenal estadual de atendimento socioeducativo no Estado da Paraíba. Nessa reunião a promotora da Vara da Infância e da Juventude percebeu que várias dessas propostas ainda não haviam sido implementadas, a Secretária de Estado Cida Ramo propôs a discutir com o governador Ricardo Coutinho a criação de uma coordenação para gerir exclusivamente o trabalho socioeducativo em meio fechado e aberto em âmbito estadual. (MPPB, 2017)

Já em relação ao ciclo orçamentário: PPA, LDO e LOA, fazendo o contraponto com a fala da Secretária de Estado nesta mesma reunião supracitada, bem como em análise no SAGRES²⁹, percebe-se que o orçamento em relação a 2015, 2016 e 2017 está sendo garantido, porém, se faz necessário aumentar o percentual orçamentário com vista a garantir a execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto como também garantir recurso suficiente para execução da Política da Criança e do Adolescente. (PARAIBA, 2015, p. 63)

Uma vez criada a comissão permanente de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Sinase, essa deverá atuar promovendo articulação das políticas públicas uma vez que se faz necessário garantir através da prevenção para que assim o adolescente não cometa um ato infracional e necessite de cumprir medida socioeducativa. Em relação a gestão da informação, os órgãos do poder executivo deverão alocar recurso com vista a necessidade de implantar o Sistema de Informações para Infância e Adolescência - SIPIA. (PARAIBA, 2015, p. 63)

TABELA 2 : EIXO 02: QUALIFICAÇÃO NO ATENDIMENTO

²⁹ O Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (**SAGRES**) na versão Captura é um módulo que permite a captura dos dados da execução orçamentária, licitações, obras e folha de pessoal dos jurisdicionados que devem enviar a prestação de contas públicas ao TCE.

Objetivo	Metas	Período				Responsável
		2015	2016 - 2019	2020 - 2023	2024	
Ampliar e qualificar o atendimento no meio aberto	- Assegurar apoio orçamentário aos municípios que executam Programas de PSC e LA para possibilitar a expansão e qualificação dos CREAS	X	X	X	X	SEDH
	- Garantir um módulo exclusivo sobre medidas socioeducativas no CAPACITASUAS, articulando com a Escola Nacional de Socioeducação	X	X	X	X	SEDH
Garantir o funcionamento do projeto político-pedagógico nas unidades e programas de atendimento socioeducativo	- Certificar-se de que todas as unidades e programas de atendimento socioeducativo estejam com suas propostas pedagógicas finalizadas	X				FUNDAC, SEDH, SECRETARIAS MUNICIPAIS
Assegurar a proteção integral do adolescente em cumprimento de medidas e egresso	-Estabelecer um fluxograma de atendimento socioeducativo através dos serviços de proteção integral	X				CEDCA E CMDCA'S
Garantir o acesso do adolescente aos seus direitos em articulação com a rede no meio aberto e no meio fechado	-Construir e ou ampliar o número de CAPSi nos municípios de: Bananeiras, Campina Grande, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mamanguape, Monteiro, Patos, Piancó, Picuí,		X	X		Secretaria de Saúde

	Pombal, Queimadas e Sousa					
	-Assegurar o acompanhamento sistemático dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no processo educacional	X	X	X	X	Secretaria de Educação
Formar os profissionais da socioeducação, com vistas à qualificação no atendimento	-Assegurar o funcionamento da Escola de Socioeducação no Estado da Paraíba, com possibilidade de cursos de extensão e especialização	X	X	X	X	CEDCA e SEDH
	-Garantir, no mínimo, 01 turma de especialização e 01 turma de extensão por ano na Escola de Socioeducação	X	X	X	X	CEDCA e SEDH
Implantar práticas restaurativas para a prevenção e a mediação de conflitos nas unidades	-Assegurar um curso sobre práticas restaurativas na Escola de Socioeducação	X	X	X	X	SEDH, UFPB, MP e TJ-PB

Fonte: Plano Estadual de Medidas Socioeducativas

TABELA 3: EIXO 03: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DOS ADOLESCENTES

Objetivo	Metas	Período				Responsável
		2015	2016 - 2019	2020 - 2023	2024	

Garantir o protagonismo, a participação e a autonomia de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	- Formar os educadores dos serviços socioeducativos, por meio da Escola de Socioeducação, para viabilizar a participação e o protagonismo dos adolescentes com vistas o exercício da cidadania	X	X	X	X	Fundac, SEDH, Secretarias Municipais de Assistência Social, Fórum da Sociedade Civil
	-Criar projetos para formação humana, social e política do adolescente para que ele se reconheça como sujeito de direitos	X	X	X	X	Fundac, SEDH, Secretarias Municipais de Assistência Social, Fórum da Sociedade Civil
	- Garantir a participação política de adolescentes dos Programas de PSC e LA na rede de protagonismo, conselho, conferências e comissão de acompanhamento do Sinase	X	X	X	X	Fundac, SEDH, Secretarias Municipais de Assistência Social, Fórum da Sociedade Civil

Fonte: Plano Estadual de Medidas Socioeducativas

Em análise da tabela 2 e 3 que trata do eixo 2 e 3 relacionado a qualificação no atendimento e a garantia protagonismo, a participação e a autonomia de adolescentes , a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Humano terá competência de ampliar e qualificar o atendimento no meio aberto, uma vez que este na condição de órgão executor deverá assegurar orçamento para que os municípios possam executar Programas de PSC e LA, é válido salientar que desde o fim de 2015 através de pactuação da CIB o Estado através do Decreto Estadual Nº 36.389 de 25 de novembro de 2015 que estabelecem normas que regulamentam a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social, e a Resolução nº 03 de 02 de dezembro de 2015, aprovada pelo Conselho Estadual de Assistência Social CEAS por meio da Resolução nº 08 de 02 de dezembro de 2015, passou a cofinanciar a Proteção

Social Especial de Média Complexidade, uma vez que as transferências via fundo-a-fundo estão sendo repassadas através de parcela anual.

Em relação às capacitações promovidas a partir do CAPACITASUAS já existem módulos que tratam da política de Proteção Social Especial de Média Complexidade, porém, ainda são poucos os cursos que tem finalidade para os programas de Medidas Socioeducativas uma vez que, a Escola Nacional de Socioeducação promovem cursos EAD com vagas restritas. Com relação as propostas pedagógicas das medidas socioeducativas, se faz necessário uma maior fiscalização junto a essas unidades, com vista em fazer o monitoramento. Outro ponto de suma importância é em relação a construção de um protocolo de atendimento direcionado a Política da Criança e do Adolescente, neste documento deverá ser criado um fluxo de atendimento ao que tange ao atendimento das medidas socioeducativas.

Considerando as demandas da política de saúde o plano deliberou a necessidade de construção, bem como ampliação dos centros de atendimento psicossociais infanto juvenil; apesar da proposta ter sido deliberada pelo plano percebe-se que não há disposição orçamentária para construção ou ampliação dessas unidades uma vez que a CIB-Saúde ainda não tratou acerca. Ao que tange à Política de Educação, o Plano deliberou a necessidade desses adolescentes que cumprem medidas socioeducativas serem acompanhados sistematicamente; é válido salientar que mesmo sendo uma proposta deliberada é perceptível que as escolas estaduais e municipais não têm profissionais suficientes, e quando tem estes não são capacitados.

Uma vez tendo profissionais bem capacitados, serão garantidos os direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, ao que tange a efetivo desempenho através do protagonismo. O que se percebe, é que nas ultimas 2 conferencias dos Direitos das crianças e dos adolescentes, estiveram presentes adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, já em relação ao público que é atendido no meio aberto, os profissionais não percebem a necessidade de inseri-los nos meios de discussão e construção de Políticas Públicas específicas.

TABELA 4: EIXO 04: SISTEMA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Objetivo	Metas	Período				Responsável
		2015	2016 - 2019	2020 - 2023	2024	
Garantir o atendimento qualificado ao adolescente em conflito com a lei nos sistemas de justiça e segurança pública	- Implantar 13 Varas Regionais Especializadas da Infância e da Juventude nas cidades de Bananeiras, Campina Grande, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mamanguape, Monteiro, Patos, Piancó, Picuí, Pombal, Queimadas e Sousa	X	X			Tribunal de Justiça da Paraíba
	- Assegurar equipes técnicas multiprofissionais com vínculo efetivo nas 13 varas	X	X			Tribunal de Justiça da Paraíba
	- Implantar 13 Promotorias Regionais Especializadas da Infância e da Juventude nas cidades de Bananeiras, Campina Grande, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mamanguape, Monteiro, Patos, Piancó, Picuí, Pombal, Queimadas e Sousa	X	X			Ministério Público da Paraíba
	- Assegurar equipes técnicas multiprofissionais com vínculo efetivo nas 13 promotorias	X	X			Ministério Público da Paraíba

	-Implantar 13 Defensorias Públicas Especializadas da Infância e da Juventude nas cidades de Bananeiras, Campina Grande, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mamanguape, Monteiro, Patos, Piancó, Picuí, Pombal, Queimadas e Sousa	X	X			Defensoria Pública da Paraíba
	- Assegurar equipes técnicas multiprofissionais com vínculo efetivo nas 13 Defensorias	X	X			Defensoria Pública da Paraíba
	-Reformar as Delegacias existentes nas 13 cidades referenciadas para adequação do espaço à permanência provisória do adolescente	X	X			Secretaria de Segurança Pública da Paraíba
	-Criar 13 Núcleos Especializados de atendimento multidisciplinar aos adolescentes nas Delegacias não especializadas, em parceria com os municípios	X				Secretaria de Segurança Pública da Paraíba
	-Assegurar equipes técnicas multiprofissionais com vínculo efetivo nas 13 delegacias		X			Secretaria de Segurança Pública da Paraíba

Fonte: Plano Estadual de Medidas Socioeducativas

Diante das informações apresentadas na tabela 4 que trata do eixo 4: Sistema de Justiça e Segurança Pública, percebe-se a necessidade de expansão dos equipamentos que

integram este sistema na temática infância e juventude. Conforme reunião realizada pelo Ministério Público da Paraíba em maio deste ano, com vista fiscalizar os encaminhamentos acerca do Plano Estadual, diagnosticou entraves junto a aplicação das deliberações existentes neste plano:

(...)foram discutidas questões como o fato de poucos municípios paraibanos terem elaborado o plano de medidas socioeducativas; a necessidade de um mutirão judicial para avaliar os processos dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em todo o Estado; a importância da criação de uma terceira Vara da Infância e Juventude em João Pessoa para ampliar a atuação do Judiciário com o Ministério Público na execução das medidas socioeducativas e a urgência de um trabalho intersetorial na socioeducação, destacando-se a articulação das áreas da saúde, educação e assistência social, o que ainda não acontece. (MPPB, 2017)

Outro problema diagnosticado pelos atores presentes na reunião do MPPB foi em relação a omissão existente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como dos conselhos municipais.

Uma vez apontados as problemáticas, com todos os presentes ficou definido um conjunto de medidas a serem adotadas, onde a SEDH criará uma coordenação estadual da criança e do adolescente (MPPB, 2017).

Em relação ao CEDCA, o Ministério Público Estadual solicitou:

(...)cópia do plano de ação e aplicação financeira 2017 e de todas as deliberações relacionadas ao Sinase, inclusive com a prestação de contas do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente em relação às entidades governamentais e não governamentais que receberam recursos em 2016. (MPPB,2017)

Outro ponto requerido ao CEDCA foi um relatório com informações sobre o orçamento da SEDH para o ano de 2018 bem como também solicitou a resolução que informa nominalmente quem compõe a comissão estadual.

Em relação ao Tribunal de Justiça, o MPPB informará acerca da situação da 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, vara essa que na época possuía 3 servidores e

5.500 processos em tramitação, também será solicitado ao TJPB de uma vara específica de execução de medidas socioeducativas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a formalização do Estatuto da Criança e do Adolescente, fundamentado na Constituição Federal de 1988, foi adotado a Doutrina da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, regulamentando assim esse público com sujeito de direitos, bem como atribuindo a esse público uma prioridade absoluta ao que tange a criação, de políticas públicas.

Entretanto, apesar das normativas existentes, com vista garantir os direitos de crianças e adolescentes, não há efetivação dessas políticas direcionadas, como também não há fiscalização por partes dos órgãos competentes, seja ela do sistema de justiça ou mesmo da sociedade civil organizada; os serviços são oferecidos de forma precária tornando ineficaz as Políticas Públicas reiteradamente teorizadas.

O Estado, uma vez responsável por essa execução deverá observar as peculiaridades territoriais, étnicas e sociais, com vista aproximar a execução da política pública com a realidade e assim cumprir com as normativas, tornando então esse público empoderado e fortalecido.

Uma vez cometido o ato infracional, esse adolescente, vi de Lei, irá ser responsabilizado e estará sujeito a cumprir medida socioeducativa, elevando sempre em consideração ao ato infracional cometido e o grau de gravidade desse ato infracional. Uma vez instituída a medida pelo judiciário, ela terá como finalidade de oferecer ao autor do ato a oportunidade de reparação do dano causado, onde através de acompanhamento por profissionais capacitados deverá cumprir a medida socioeducativa.

Apesar dos vários direcionamentos, com vista garantir uma boa execução das políticas públicas; ainda se percebe atos que fragilizam essa aplicação, uma vez que os altos índices de trabalho infantil, evasão escolar e abuso e exploração de crianças e adolescentes, deixam esse público a margem e criam uma pré-disposição para cometer atos infracionais.

Outro ponto, é em relação ao descaso da família e também da sociedade, onde estes também não cumprem seu papel de agente fiscalizador do Estado para o cumprimento das Políticas Públicas, bem como estes também não executam com

excelência o acompanhamento desses adolescentes junto ao seu desenvolvimento de construção psicossocial, na condição de formação cidadã.

Saliento, portanto, que as medidas socioeducativas uma vez aplicadas e cumpridas conforme preconiza as normativas vigentes, servirá para ressocialização desse adolescente, uma vez que não se deva confundir Medidas Socioeducativas com as sanções punitivas normatizadas no Direito Penal.

Diante do exposto, a monografia ora apresentada, trouxe uma análise do Plano Estadual de Medidas Socioeducativas a partir da fundamentação apresentada nos capítulos 1 e 2 desse trabalho, uma vez que foi dada ênfase aos requisitos que tratam acerca das Medidas Socioeducativas cumpridas no Meio Aberto. Pode-se concluir através das pesquisas realizada que para excelência do cumprimento dessas medidas se faz necessário uma boa gestão do Estado, uma vez que essa execução está intrinsecamente correlacionada com a gestão das políticas públicas desde a sua formulação, execução e controle social. Na condição de órgão executor, o Estado deverá direcionar, com vista garantir absoluta prioridade, das Políticas Públicas de crianças e dos adolescentes.

6. REFERÊNCIAS

BENITES, Érica Fraga Afonso. Triplica parcela de jovens internados por tráfico de drogas. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 ago. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1324683-triplica-parcela-de-jovens-internados-por-trafico.shtml>>. Acesso em 18/05/2017

BRANCALEON, Brígida Batista. Políticas Públicas: Conceitos Básicos. USP. 2015.

BRASIL, Comissão Inrgestora Tripartite do MDS. Pacto de Aprimoramento da Gestão 2014 – 2017. Pactuação das prioridades e metas para os Municípios. 2013.

BRASIL, Constituição Federal (1988). Saraiva:2016

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS** (NOB-RH/SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

BRASIL, Presidência da República. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 17/05/2017.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006, que Institui da Política Nacional Sobre Drogas Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm acessado em 06 de setembro de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social- PNAS/ 2004**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20N OBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em: 09 de out. de 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 8.742 (1993)** – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília: Senado Federal. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>Acesso em: 07 jul. 2017.

BRASIL. Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2016

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. RESOLUÇÃO CNAS Nº 18, DE 5 DE JUNHO DE 2014. Acesso em 12 de outubro de 2017. file:///G:/win%2010/Download/CNAS%202014%20-%202018%20-%2005.06.2014b.pdf

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação da Saúde da Criança e do Adolescente. Programa Saúde do Adolescente. Bases Programáticas. 2a Edição. Brasília; Ministério da Saúde, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Censo SUAS. Brasília, DF: 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília (DF): 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Norma Operacional Único de Básica do Sistema Assistência Social – NOB/SUAS. 2012.** Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/u2085/nob_suas_2012.pdf>. Acesso em: 04 de jul. de 2017

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. PORTARIA n.- 222, DE 30 DE JUNHO DE 2008. Acesso em 12 de outubro de 2017
file:///G:/win%2010/Download/Portaria%20222-%202008%20-%20Implanta%C3%A7%C3%A3o%20CREAS%20e%20MSE.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009. 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf/view>>. Acesso em: 06 de set. de 2017

BRASIL. Presidência da República (PR). Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

BRASIL. Presidência da República (PR). Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Levantamento Nacional: atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011.

BRASIL. Presidência da República (PR). Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Brasília, DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm . Acesso em: 17/05/2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) [...]. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Acesso em: 18/05/2017.

BRASIL. **Rede SUAS:** gestão e sistema de informação para o Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

CARTILHA CONHECENDO AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. Disponível em: <http://www.tjdft.jus.br/publicacoes/manuais-e-cartilhas/colecao-conhecendo-a-1a-vij-do-df/medidasSocioeducativas.pdf> acesso em 06/07/2017

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

COUTO, B. R. O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível? São Paulo. Cortez, 2004.

MPGO. Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/medida_socio_educativa_de_liberdade_a_ssistida.pdf Acesso em 12 de outubro 2017. http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/8/docs/medida_socio_educativa_de_liberdade_a_ssistida.pdf

MPPB. Reunião de monitoramento do Plano Estadual de Atendimento de Medidas Socioeducativas. Publicação: 25 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.mppb.mp.br/index.php/noticias-android/95-infancia-e-juventude/3995-mppb-promove-reuniao-para-discutir-o-sistema-de-atendimento-socioeducativo-na-pb-e-cobrar-o-cumprimento-da-lei-do-sinase> Acesso em 12 de outubro de 2017.

MUNIZ, E. **Qualificação dos Serviços Socioassistenciais para a consolidação do SUAS e acesso aos direitos socioassistenciais.** In. Caderno de Texto CNAS. VIII Conferência Nacional de Assistência Social: Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores. 2011.

PARAÍBA. Governo da Paraíba (PB). Secretaria de Estado e Desenvolvimento Humano (SEDH). Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba (2015-2024). João Pessoa, PB: dezembro de 2015.

PARAÍBA. SEDH. PORTARIA/ SEDH Nº 036 de 02 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/10/Portaria-SEDH-n-036.pdf> Acesso em 12 de outubro de 2017.

RAICHELIS, Raquel Degennszajh. Organização e gestão das políticas sociais no Brasil- desafios da gestão democrática das políticas sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e política social** - Módulo 03. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

SARAIVA, João Batista Costa. Artigo - Medidas Socioeducativas e o Adolescente Autor de Ato Infracional. Artigo. 2009.

SOUZA, C. Política Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, n.16, p.20-45, jun/dez. 2006.

SPOZATI, Aldaíza. Modelo Brasileiro de Proteção Social Não Contributiva: Concepções Fundantes Parte 1. Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva No Brasil. MDS Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS. Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. Brasília, 2009.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil. Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2014.

YAZBEK. M. C. **Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS**. In. Capacita SUAS. Volume I – Configurando os eixos de mudança. MDS. 2008.